

MESA I

Dez anos de MERCOSUL: uma avaliação crítica

Palestra do Embaixador Agustin Espinosa*

Muito obrigado, Professor. Eu quero agradecer ao CEBELA, na pessoa do seu presidente, o Professor Roberto Amaral, pelo convite que me foi feito para participar deste simpósio. Quero também dizer que para mim é sempre um prazer voltar à universidade, particularmente a esta universidade, onde há mais de 35 anos estudei Sociologia e Política e aonde não havia voltado até hoje. Então, é um duplo prazer estar com vocês hoje com a minha modesta contribuição para estas reflexões sobre o processo do Mercosul, uma avaliação crítica dos últimos dez anos e ao mesmo tempo estar aqui nesta tão querida PUC do Rio.

Vocês se lembram seguramente que há cerca de dois meses, as manchetes dos principais jornais do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, apresentavam uma visão apocalíptica do processo de integração sub-regional com manchetes muito dramáticas: “o fim de um sonho”, diziam alguns, “Mercosul: uma morte anunciada” etc. Eram manchetes verdadeiramente apocalípticas, que coincidiram com os discretos festejos dos primeiros dez anos do Mercosul e com a situação gerada a partir da recessão na Argentina. Tudo isso coincidiu para marcar uma etapa importante no processo de integração do Mercosul que está sendo avaliada com extremo cuidado por parte dos governos dos quatro países e por nossas sociedades em seu conjunto. O fato é que, depois de quase sete anos de crescimento ininterrupto dos intercâmbios entre os quatro sócios e com o aumento da importância da participação dos mercados, ao fim de 1998 se ingressou numa etapa de contração econômica. Essa contração teve origens extra-regionais e viu-se agravada pela desvalorização do Real no Brasil no início

* Embaixador do Uruguai no Brasil.

de 1999. O novo alinhamento da paridade cambial, resultado de uma decisão político-econômica do Brasil, teve um impacto nos fluxos comerciais e gerou a primeira crise de importância no processo. Reconhecendo alguns destes problemas, se iniciaram tímidos trabalhos em matéria de seguimento da conjuntura e de coordenação de políticas macro-econômicas. Ao mesmo tempo, e com a relativa reativação econômica no Brasil, no ano de 2000 se trabalhou no que se chamou “Agenda do Relançamento”, com o objetivo de dar novo impulso ao processo em todas as frentes e, em verdade, alcançaram-se alguns progressos. Entretanto, a situação na Argentina, que todos conhecemos, tem provocado, hoje, um retrocesso grave no processo. Não vale a pena aqui enfatizar o estado atual do Mercosul, que é conhecido por todos. Mas é um fato: estamos frente à crise mais importante que nos tocou viver desde a sua criação. É difícil abstrair o clima de crise que flutua hoje sobre o Mercosul para avaliar os dez anos de sua existência, pois pode-se perder a objetividade na análise dos benefícios e, o que é mais grave, exagerar o pessimismo ao fazer previsões sobre o futuro do mesmo. Intentando fazer uma avaliação objetiva, eu diria que, do ponto de vista econômico, existem razões para afirmar, com convicção, que o Mercosul é um êxito. O Mercosul tem sido uma resposta ao problema de acesso ao mercado, quando o mercado internacional não estava gerando o acesso adequado a nossos exportadores, pelo menos nas condições atuais. Tem sido também um mecanismo para melhorar a competitividade de nossas economias, o que nos tem permitido uma melhor inserção no mercado internacional, apesar dos protecionismos ainda reinantes. Também tem gerado um impacto nas correntes diretas de investimentos estrangeiros, junto com os processos de abertura econômica e comercial que os quatro países tem levado adiante. Isto levou a um processo de modernização das economias dos quatro países, algo que teria sido mais difícil de fazer com cada um isoladamente. Como exemplo do que o Mercosul tenha significado na economia do menor sócio, que é o Uruguai, desejo ressaltar que, durante esses dez anos, a economia uruguaia cresceu quase 40%, as exportações de bens e serviços aumentaram 80%, e as importações, 170%. No triênio 1988-91, antes da assinatura do Tratado de Assunção, o Uruguai exportou o equivalente a mais ou menos mil e quinhentos milhões de dólares anuais, e uma década depois se observava um incremento superior a 50%. Se excluirmos o Mercosul, o crescimento das exportações teria alcançado somente 10%. Outro elemento positivo é o fato de que as administrações e os negociadores dos quatro países têm começado a trabalhar em conjunto e a se conhecerem num processo de aprendiza-

do mútuo na busca de objetivos comuns que também é de importância crucial no processo de integração. Não podemos esquecer que se negociaram importantes acordos da associação que vincula o Chile e a Bolívia com o Mercosul e se iniciou um processo similar com a Comunidade Andina das Nações e com o México, que tem apresentado algumas dificuldades e em breve, talvez, se some a Venezuela. Nesse sentido, o Mercosul tem sido e continua sendo um fator dinamizador da integração latino-americana. Estimamos que essas são respostas importantes que tiveram um impacto profundo nos quatro países e que devem ser preservadas neste momento de crise e revisão.

Neste sentido, quero deter-me brevemente no caráter essencial do Mercosul como um projeto de elevado sentido histórico, político e estratégico, entre quatro nações do Cone Sul. Como tal, o Tratado de Assunção consagra, em primeiro lugar, um esquema de cooperação entre seus sócios, com o objetivo final de alcançar um grau importante de integração, depois da recuperação da democracia na região. Para alcançar este objetivo, tem-se desenvolvido instituições e adotado mecanismos jurídicos e a dissolução de controvérsias que estejam de acordo, nesta etapa, com a cooperação entre os Estados, mais que os próprios esquemas de integração puristas e abstratos.

Conseqüentemente, a composição dos órgãos está nas mãos dos governos. As denúncias são apresentadas pelos mesmos e, fundamentalmente, o controle do seu cumprimento corresponde também a eles. Tudo isso é, em nossa opinião, depois desses dez primeiros anos, não uma deficiência do sistema e sim uma conseqüência de uma etapa na evolução de um processo de cooperação política entre Estados, em direção a um processo de integração econômica mais ambicioso. É por isso que acreditamos que é bom que a interação governamental entre os sócios se produza logo, que cada governo tenha peneirado seus próprios interesses e os de seus setores produtivos e sociais, com a necessidade comum de aperfeiçoar a união aduaneira. E se é verdade que a última nem sempre coincide com os primeiros, entendemos que não há outra forma de avançar num processo, levando em conta a gênese do mesmo, o marco histórico-político no qual está crescendo e as conjunturas internas de cada sócio. Forçar esse mecanismo é tão estéril quanto impensável.

Desejo enfatizar que a integração não é, não pode ser considerada a partir de um ponto de vista estritamente comercial ou de produtos. É muito mais importante que isto. Neste sentido, quero lembrar a vocês que, em matéria de infra-estrutura e serviços, estamos assistindo a um processo

extraordinário na região. Basta pensarmos nos temas de integração energética que têm e terão um enorme impacto na vida diária de todos os habitantes e na atividade econômica em geral. Fica, entretanto, muito para se fazer nesta área para enfrentar melhor a crise, como a energética, que hoje afeta o Brasil. O Uruguai tem excedentes enormes de energia neste momento, que não está conseguindo vender ao Brasil pelo fato de não termos linhas transmissoras. Neste momento nós poderíamos estar ajudando a um parceiro, como em outros momentos alguns dos nossos parceiros poderiam estar contribuindo para evitar o déficit energético em nosso país. Finalmente, do ponto de vista político, não podemos esquecer que o Mercosul tem servido também de firme âncora no processo democrático na região, impedindo situações que poderiam ter levado, em alguns casos, à ruptura institucional.

Somente a instituição da chamada cláusula democrática, por si só, justificaria todo o processo e todos os esforços empreendidos até agora. Em resumo: um processo de integração desta envergadura não se pode dar de forma totalmente harmoniosa, sem discussões, sem problemas. O processo da União Européia é um exemplo disto. Não é possível pensar que não existam problemas. A situação na Argentina, no entanto, pela sua gravidade, apresenta um giro no processo, provavelmente em outra direção, ao menos temporariamente, e requererá um grande esforço para determinar para onde se dirige, como eu já disse antes.

Faremos agora algumas reflexões sobre as novas definições que o processo exige para encontrar novamente seu sentido estratégico. Em primeiro lugar nos referiremos aos aspectos jurídico-institucionais tão discutidos, tão questionados. A questão jurídica continua sendo um grande desafio. Mas não esqueçamos que o processo de integração, seja qual for o modelo escolhido, é uma sucessão de providências jurídicas na medida em que a vontade política estará de acordo com as limitações dos ordenamentos normativos nacionais. Os Estados-partes podem refletir sobre a conveniência ou não de dotar-se de órgãos supranacionais ou intergovernamentais, sem optar necessariamente ou exclusivamente por uma ou outra hipótese. Porém, segundo nossa opinião, o grande desafio jurídico do Mercosul como processo de integração contínua sendo, ainda, o regime de incorporação do acervo normativo, seja a respeito da produção dos órgãos do Mercosul, seja a respeito da elaboração de documentos jurídicos entre os Estados-partes. Com certeza, o regime dualista da incorporação de normas previsto nas constituições nacionais dos Estados-partes revela, no estado atual, uma grande apreensão, porque cria um descompasso muito grande entre a ela-

boração da norma Mercosul e sua validade e eficácia no plano interno de cada país. Nesse sentido, a questão contempla a seguinte ordem de preocupação: a primeira, no plano da reciprocidade de direitos e obrigações, enquanto a norma não esteja em vigência concomitantemente em todos os Estados-parte. E a segunda, com relação à obrigatoriedade da sua observância no plano interno e internacional. Paraguai e Argentina, nas suas reformas constitucionais, de 1992 e 1994, já deram esse grande passo, sem poder, contudo, resolver o problema de forma definitiva. Nós não conseguimos, no Uruguai, na última reforma constitucional, introduzir essas modificações e, acredito que também no Brasil, algumas iniciativas nesse sentido existiram, mas não conseguiram avançar. Em síntese: esse saldo qualitativo deve ser estimulado no plano interno de cada país porque o eixo da discussão não está no plano das relações internacionais, senão especial e principalmente no terreno constitucional. Em outras palavras: o futuro do marco institucional do Mercosul, começando pelo regime de incorporações de normas, não é uma questão que possa ser resolvida à luz da experiência de outros modelos de integração ou da convenção de Viena de direito dos tratados, senão do direito constitucional de cada Estado-parte. Em resumo, o momento histórico para a renúncia parcial das soberanias nacionais no Mercosul não chegou ainda. Um lento, porém seguro, avanço do processo de integração baseado, como dizia o chanceler Celso Lafer, na criação de confiança entre seus membros, o “*confidence building*”, é a única via legítima para lograr esses câmbios culturais, necessários em cada sócio – que se traduzirão progressivamente num trânsito natural a partir da reforma de nossas constituições, no que tem que ver com a internação dos acordos internacionais, até alguma forma com características supranacionais, que todos achamos necessárias, mas que não é hoje condição *sine qua non* para a conformação de um processo de integração econômica, senão uma condição para o seu aperfeiçoamento.

Finalmente, não esqueçamos que em 1991 se desenhou um Tratado de Assunção que não foi concebido como um texto fechado e concluso. Pelo contrário, foi concebido como um tratado preliminar, que organiza uma estrutura institucional e orgânica provisória e deixa aberto o caminho para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento. Este aperfeiçoamento, que também inclui o progresso institucional, será o resultado também desta cultura da integração dos Estados-partes, que não admite modelos nem pressões além das que determinam suas próprias experiências vividas no decorrer da administração de um processo tão dramático, no bom sentido da expressão, como é o da integração e o da cooperação regional a partir

do isolamento e da desconfiança recíproca. Porque não devemos esquecer que essa era a situação dos nossos países até o fim da década de 80: isolamento e desconfiança.

Essa cultura de integração da qual eu falava passa pela substituição de políticas nacionais por políticas compartilhadas, e esse processo não é obra dos negociadores diplomáticos unicamente, senão de todos os atores da sociedade civil – acadêmicos, empresários, parlamentares, formadores de opinião, cada um de nós. Nesse sentido, dar ênfase à educação e à cultura dos cidadãos do Mercosul é uma tarefa prioritária. Eu sempre lembro o que dizia Robert Schuman*, um dos artífices da criação, da construção européia. Ele dizia que “se eu tivesse que começar de novo, começaria pela educação e pela cultura”. Eu acho que a ênfase que deve ser aplicada neste re-pensamento do Mercosul é importantíssima.

Outro aspecto importante a ser encarado seriamente é o da coordenação macro-econômica. Destaco este ponto porque, nesta etapa do Mercosul, os problemas macro-econômicos têm provocado um grave impacto sobre o processo comercial, deteriorando sua marcha e impedindo avançar nos aspectos de coordenação macro-econômica que no futuro derivariam, talvez, na criação de uma moeda comum. Existem contradições internas entre os quatro países devido aos instrumentos utilizados, que dificultam seriamente o avanço nesse ponto. A necessidade de arbitrar mecanismos de controle monetário entre os sócios é uma responsabilidade urgente e iniludível. Hoje, os instrumentos cambiais aplicados por alguns sócios constituem barreiras ao comércio intra-zona impossíveis de franquear.

Finalmente, assinalo outras definições urgentes, que no meu ponto de vista requer o Mercosul: em primeiro lugar, destaco que, para um país menor como o Uruguai, os problemas existentes hoje no acesso ao mercado para uma produção pouco diversificada e voltada à exportação não estão justificando o esforço de ajuste realizado, que foi muito importante, com alto custo político. Em segundo lugar, a falta de disciplinas adequadas em matéria de políticas públicas distorce a competência e os regimes de incentivos existentes, mais os problemas de acesso ao mercado já mencionados, geram desequilíbrios nas correntes de investimento entre os quatro países, que dificultam enormemente o processo, ao gerar percepções nega-

* Robert Schuman, político francês (1886-1963). Entre 1948-1953, como ministro das Relações Exteriores elaborou o Plano Schuman que instituiu a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, núcleo básico da atual União Européia. N. do E.

tivas sobre a distribuição dos benefícios do mesmo. Em terceiro lugar, temos que incentivar muito mais os investimentos intra-Mercosul e integrar as cadeias produtivas entre os quatro parceiros. Em quarto lugar, a nova etapa demandará definições, imaginação e capacidade de liderança, em particular da economia mais importante, a do Brasil, devendo-se responder a novas e importantes perguntas: Qual será a direção do novo processo? Manter-se-á o objetivo da União Européia ou se preferirá trabalhar sobre uma zona de livre comércio? Ajustar-se-ão as instituições a este novo conceito objetivo? Como se trabalhará nas negociações com os outros grupos? Isto implicará numa posição debilitada na Alca? Como se enfrentará a negociação com a União Européia, único mecanismo “bloco a bloco” existente hoje em dia? A urgência da agenda externa do Mercosul nos obriga a adotar decisões nesta área, onde nosso processo tem gerado uma imagem de marca no mundo.

Como reflexão final, diria que os processos de integração passam, durante a sua evolução, por problemas internos e externos que afetam seus desdobramentos naturais. Foi assim na Europa, especialmente nos anos 1960, e está sendo assim no Mercosul hoje, como foi há três anos atrás com a crise brasileira. Seria surpreendente se o Mercosul hoje não apresentasse sinais de fadiga. Pela combinação das crises financeiras com os problemas naturais de consolidação e aprofundamento do processo negociador. Quando surgem estas dificuldades, como as que afetaram o Brasil em 1998 ou a Argentina este ano, as contradições que sempre existiram entre as medidas de política econômica, sejam de índole monetária, fiscal ou tarifária, adotados em conjunto com o Mercosul, passam a ter uma visibilidade maior. Esta realidade faz aumentar, no exterior, mas também em círculos domésticos, as incertezas quanto ao futuro, inclusive a sobrevivência do que, eu acredito ainda, seja a ação com mais êxito da política externa da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Frente à vitalidade do que o Embaixador Rego Barros, embaixador do Brasil na Argentina, chamara dos “anos mágicos do Mercosul”, de 1991 a 1998, tem que se entender o desencanto dos últimos três anos. Isto somente pode ser superado com o crescimento. Porque somente o crescimento produzirá uma mudança na opinião pública e no empresariado. Como dizia outro grande diplomata brasileiro, o embaixador Rubens Barbosa, embaixador do Brasil em Washington, “para enfrentar as crises do Mercosul é preciso mais Mercosul”. Eu falaria de mais e melhor Mercosul. É isto o que provoca a tentação de buscar o crescimento fora de um Mercosul hoje quase fora dos trilhos. Se não há crescimento aqui, vamos buscá-lo em outro lugar. Aí

aparece o sonho da Alca e, como diz o Embaixador Rego Barros, “quando se compara uma realidade com o sonho, é o sonho que termina ganhando”. Eu acredito que é melhor enfrentar a realidade e sonhar menos. Hoje, os que vivemos este processo desde seu nascimento, nos encontramos, eu acho que afortunadamente, numa postura que expressa uma dicotomia entre fidelidade crítica e oposição entre um cego dogmatismo e um necessário pragmatismo realista de confrontação de ilusões exageradas com a necessária assimilação de verdades objetivas. É por isto que acredito que este é um bom momento para redefinir o Mercosul, e não tenho encontrado melhor redefinição que a proposta recentemente feita pelo Chanceler Láfer num artigo de imprensa com o motivo de comemorar os dez anos de Mercosul. Diz o chanceler que “o Mercosul é um espaço de paz e segurança para a construção consensual e aplicação de normas jurídicas, de solução de conflitos e promotoras de cooperação”. Repito: um espaço de paz e segurança para construção consensual e aplicação de normas jurídicas, de solução de conflitos e promotoras de cooperação. Com esta definição, voltamos ao espírito do preâmbulo do Tratado de Assunção, tão esquecido mas tão vigente. É conveniente recordar alguns elementos aí recolhidos, que fazem a essência do processo de integração, tais como o que: “a integração constitui condição fundamental para acelerar os processos de desenvolvimento econômico com justiça social de nossos países”. São conceitos importantes: desenvolvimento econômico com justiça social. Diz também o preâmbulo: “esse objetivo deve ser alcançado preservando o meio ambiente, com melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macro-econômicas e da complementação dos diferentes setores da economia”. Diz também o preâmbulo: “a necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos estados-parte, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes”. E finalmente, fala de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre os povos. Temos, portanto, senhoras e senhores, que seguir trabalhando todos os dias como há dez anos, para fazer realidade o único que é importante em todo este processo, que são estes objetivos anunciados no preâmbulo do Tratado de Assunção.

Muito obrigado.

Palestra do professor Antônio Carlos Lessa*

Eu, evidentemente, não vou fazer propriamente uma avaliação crítica do Mercosul, porque no meu ponto de vista ela pode ser bastante ácida. Eu proporia pensar o lugar que o Mercosul assumiu, nos últimos dez anos, no contexto da política exterior do Brasil, como foi que o Brasil lidou com o projeto de integração regional e se nós temos efetivamente motivos para entoar uma comemoração ou um réquiem que pode ser fora de hora e de lugar. Efetivamente, eu concordo com o embaixador Agustin Espinosa. Nós temos uma avaliação bastante pessimista sobre o Mercosul, justamente no momento em que se comemora o seu décimo aniversário. Deveria ser oportunidade para avaliações muito positivas e avaliações prospectivas, também, bastante positivas. Efetivamente, o que nós temos é um grande desencanto, não digo generalizado, mas um desencanto que escapa das chancelarias, não é mais apenas um assunto tratado nas rodas diplomáticas, mas que chega efetivamente ao empresariado, ao parlamento... A opinião pública em geral começa a se posicionar sobre o encaminhamento do Mercosul e da integração regional no Cone Sul e, também, sobre como isso tem sido feito nos últimos anos. De modo que, se nós pensarmos no Mercosul como um processo que nos últimos dez anos atualizou de modo radical as relações do Brasil com seu principal parceiro no processo, que é a Argentina; se nós pensarmos como o processo de integração mudou a percepção que o Brasil especialmente tem da Argentina e vice-versa, nós vemos que o projeto por si só já é vencedor. Então esse processo, em alguma dimensão, na dimensão psico-social, é bastante importante para os dois países. Efetivamente, em alguma grande medida, a integração regional pôs fim à desconfiança recíproca que caracterizava o relacionamento bilateral ao longo do século 20 em geral. Nesse contexto, o processo de inte-

* Doutor em História das Relações Internacionais e professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

gração regional joga luz sobre a importância da democracia no encaminhamento de projetos bilaterais, quer dizer, o Mercosul se constrói especialmente a partir da redemocratização dos dois principais parceiros, a Argentina e no Brasil.

Ainda nessa questão, a importância da normalização das instituições políticas, a transparência no encaminhamento das relações bilaterais, a importância disso para aumentar os níveis de confiança recíproca e finalmente a importância, que se tornou evidente especialmente para o Brasil, do projeto de integração regional como ferramenta de estabilização econômica. Isso, pelo menos para o Brasil, parece que foi mais importante do que para a Argentina. Nesse contexto, portanto, pensar como, nos últimos dez anos, se colocaram responsabilidades demais em torno do projeto de integração regional; como se esperava tanto, qualquer resultado obtido parece muito pouco. Isso porque, num primeiro momento, pelo menos para o Brasil, o Mercosul surgiu e foi utilizado exclusivamente como um processo de liberalização comercial e é apenas aos poucos que ele vai assumindo a dimensão maior ao ponto em que ele passa a ser caracterizado, por parte da diplomacia brasileira, como o principal projeto internacional do país. Ao ponto em que, no âmbito do discurso diplomático e mesmo até no âmbito da ação da diplomacia brasileira, não se furta de dizer que o Mercosul é a principal credencial internacional do Brasil. O fato de o Brasil fazer parte de um projeto de integração regional importante, dinâmico, ativo, ao lado de credenciais como a democracia, como o “respeito aos direitos humanos”, como a “estabilização econômica” etc. São credenciais que são apresentadas efetivamente como fazendo parte da nova identidade que o Brasil pretende disseminar mundo afora, identidade com a qual o país espera também obter retornos cada vez mais importantes, tanto na forma de investimentos externos diretos, quanto na forma de apoios políticos em outros fóruns internacionais, como na ONU etc.

Nesse sentido, a avaliação crítica acerca do Mercosul retoma esta pergunta que eu fiz: se nós não esperamos demais do Mercosul ao longo dos últimos dez anos e se, nesse contexto, já que nós cobramos demais do projeto de integração regional, efetivamente, se nós não estamos decepcionados por resultados que parecem no momento como insignificantes. O Embaixador Agustín Espinosa já citou os índices importantíssimos do comércio inter-regional, do comércio pelo menos do Uruguai, e não seria necessário repetir o que aconteceu com o comércio do Brasil com a Argentina, do Brasil com o Uruguai e vice-versa – o comércio inter-regional explodiu nos últimos dez anos. Nós passamos inclusive por um processo

importante por deslocamentos de correntes de comércio, parceiros tradicionais e importantes deixaram de exportar para os países da região e essas demandas passaram a ser supridas pela região – no caso, produtos que antigamente eram importados da Europa na Argentina passaram a ser importados do Brasil e produtos do Brasil que eram importados dos EUA passaram a ser importados da Argentina cada vez mais. Mas, além da questão comercial, existem outras questões. A primeira pergunta importante a se fazer é: será possível avançar além das relações comerciais no Mercosul? E talvez esta seja a grande fonte de decepção no projeto de integração regional dos últimos dez anos. Segundo: seria justo cobrar do Mercosul, especialmente dos Estados-partícipes, uma organização institucional e outras formas de institucionalização, que em outros projetos de integração – como a União Européia – foram atingidas em décadas? Nós estamos, efetivamente, esperando demais de um projeto que tem dez anos, nesse sentido também. E não é justo, portanto, imputar à relativa falta de institucionalização os eventuais descaminhos pelos quais o projeto de integração regional tem passado nos últimos dois anos. É nesse contexto, portanto, que nós devemos realmente repensar algumas características do projeto de integração regional. A primeira delas, evidentemente, é a questão comercial, ou seja, seria muito importante relativizar a transcendência ou a importância do tratamento essencialmente economicista que vem sendo dado ao Mercosul desde as suas origens. Neste contexto, é fundamental avançar por outras áreas, áreas inclusive que preveniriam esse clima generalizado de descrédito propriamente, esse clima generalizado de desânimo que cerca atualmente o projeto de integração regional. Como, por exemplo, a questão cultural. Eu não falo aqui apenas do processo de atualização de imagens, que é bastante importante. Nós, brasileiros, temos que parar de pensar que quando alguma coisa de errado acontece no Mercosul, a culpa é dos argentinos, que são sempre “imprevidentes” ou “não-confiáveis” e vice-versa. Os argentinos também têm que parar de pensar que a culpa de sua crise econômica é dos brasileiros. Portanto, atualizar as imagens recíprocas passa por enterrar de vez aquela relação clássica que se estabelece no relacionamento especialmente entre os grandes parceiros da região, que é uma imagem de rivalidade tradicional, e avançar por níveis crescentes de construção de confiança, aproveitando, inclusive, o fato de que na região, especialmente no relacionamento entre os dois principais países, os dois grandes parceiros do bloco, nós nunca tivemos um tipo de relacionamento tão deteriorado, um tipo de imagem tão forte como, por exemplo, aquela que nutriu as desconfianças e o ódio recíproco entre franceses e alemães

desde o final do século XIX até a constituição da União Européia, do projeto europeu de integração. Portanto, em algum sentido o processo de atualização de imagens no Mercosul é até muito mais fácil. Isso passa também ainda pela questão cultural e efetivamente pela formação de um mercado cultural comum, ou seja, conhecer mais o outro começa por conhecer mais a sua literatura, conhecer o seu idioma, a sua história – é o que vai nos permitir enxergar os problemas surgidos no relacionamento regional de forma mais realista, não imputando ao outro a responsabilidade pelos erros e pelas falhas que são de todos.

Finalmente, ainda nesse rol de questões que devem ser repensadas, está a questão política que é uma rearticulação das formas de ação conjunta para que os países membros possam lidar com outros projetos de integração regional – no caso, eu me refiro especialmente à constituição da Alca e ao relacionamento do bloco com a União Européia. Portanto, apesar da natureza francamente instrumental que o Mercosul assumiu no contexto das preocupações internacionais do Brasil ao longo dos últimos dez anos, ou seja, até que esse recente processo de paralisação tenha tido início em 1998-99, era importante consolidar algumas idéias que foram incorporadas à política exterior do Brasil contemporâneo. A primeira delas é que nós temos, para o Brasil pelo menos, uma grande contradição quando se lida com Mercosul e quando se lida com o projeto internacional em seu conjunto. Essa contradição se situa no seguinte: não se discute que o Brasil mantenha suas pretensões, sua visão internacional calcada sobre a instrumentalização, digamos assim, de um universalismo amplo. O universalismo faz parte da construção do grande projeto internacional brasileiro. E, nesse contexto, a grande contradição que existe é como, a partir da constituição do Mercosul, pelo menos do adensamento do Mercosul, se cuidou de incorporar o projeto de integração regional como a principal credencial internacional do país. É essa a grande contradição: como nós equilibramos a vocação universalista com a pertinência ou com a consagração de um projeto sub-regional como principal credencial internacional do país. Essa é uma grande contradição que nos leva a crer que nós estamos mascarando algumas coisas no Brasil, e que existe de fato uma intenção de apostar no futuro do projeto de integração regional. Porque, no final de contas, algo que se discute com bastante pertinência quando se pensa sobre Mercosul é: de todos os países do projeto de integração regional, qual deles teria condições de ter uma inserção internacional autônoma, ou seja, fora de qualquer projeto de integração regional? Ainda que eu não concorde com isso, existe uma parcela importante na academia, mesmo entre os

diplomatas, que acreditam que o Brasil seja este país – dentre os quatro parceiros do Mercosul, o único país que teria condições de não participar de projeto de integração regional nenhum e, mesmo assim, ainda ser atrativo para estabelecer formas de cooperação econômica e política viáveis com outros grandes parceiros. Portanto, seria o único país que teria condições de formular e implementar uma interação nacional autônoma, desvinculada de sua pertinência a projetos sub-regionais. E, nesse contexto, como é que nós casamos essa proeminência do projeto sub-regional com a vocação universalista.

Do ponto de vista operacional, a avaliação crítica que se faz do Mercosul está presa, em primeiro lugar, às grandes tensões relativas ao encaminhamento das políticas macro-econômicas e é nesse ponto que se discute bastante se nós já temos níveis de confiança recíproca tão densos, tão importantes que façam com que esse vínculo seja permanente. Ou seja, se realmente nós temos aqui um projeto que não vai se dissolver tão cedo. Se a parceria que deu origem ao Mercosul é para valer. A questão, portanto, do encaminhamento das tensões que surgem no gerenciamento das políticas macro-econômicas. Em segundo lugar, as questões relativas ao lugar que o projeto comum, ou seja, que integração regional assume nas orientações internacionais dos diferentes países. Não há dúvidas, por exemplo, que para o Uruguai e para o Paraguai, o Mercosul é bastante importante. É tão importante que, inclusive, é assunto de debate nas eleições presidenciais, isso faz parte das plataformas políticas etc. Na Argentina também parece que é bastante importante, não necessariamente pelos mesmos motivos existentes no Uruguai e no Paraguai, mas porque se identifica no Mercosul, especialmente de alguns anos para cá – desde 1998, quando se identificou uma necessidade de relançar a iniciativa – se identifica o Mercosul e o relacionamento com o Brasil como a grande causa dos insucessos da política macro-econômica argentina. Finalmente, a questão que nos leva a pensar bastante é qual é o comprometimento da Argentina, ou seja, do outro grande parceiro do Mercosul, com o projeto de integração regional. Ainda ontem eu conversava com o embaixador Agustín e caracterizei o engajamento argentino agora de um jeito que os franceses definem muito bem e que não tem tradução precisa – se chama *flu*, etéreo, mole, diáfano, e que nos faz pensar mais uma vez na questão dos níveis de confiança com a transcendência que o projeto comum assumiu ao longo dos últimos dez anos nas credenciais internacionais dos países que o compõem, como o projeto de integração regional pode ser entendido como uma estratégia comum, como uma plataforma comum para lidar com ou-

tros desafios, como, por exemplo, a constituição da Alca. Quando os parceiros começam a ter dúvidas sobre o comportamento do outro, é porque nós temos problemas muito sérios para serem resolvidos. Portanto, essa é a avaliação que eu faria dos dez primeiros anos – digo primeiros até como um ato de fé – esperando que nós tenhamos a oportunidade de, talvez daqui a dez anos, fazermos outra avaliação sobre os 20 primeiros anos do Mercosul, de modo bastante mais positivo.

Obrigado.

Intervenção do coordenador da mesa, professor Roberto Amaral

Sem interferir nas exposições, gostaria de agregar alguns dados que conferi há pouco com o Embaixador Agustin Espinosa, porque eles foram objeto das duas intervenções com as quais acabamos de ser brindados. O Mercosul, no ano passado, absorveu 25% das exportações dos seus quatro países entre si; no caso do Paraguai, isso significou 61% das suas exportações, e no caso do Uruguai, 65%, dos quais, acrescenta o Embaixador, algo próximo de 40% foram exportações para o Brasil. No caso brasileiro, 60% dessas exportações foram de bens de alto valor agregado, enquanto cerca de 90% das nossas exportações para o chamado Primeiro Mundo voltaram a ser como eram nos anos 30 – matéria-prima, no caso específico, cereais, especificamente café e soja. Tenho o prazer de passar agora a palavra ao Professor Theotônio dos Santos, chefe da Assessoria Internacional do Governo do Estado do Rio de Janeiro, professor da Universidade Federal Fluminense e, principalmente, membro do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.

Palestra do professor Theotônio dos Santos*

Esta iniciativa, que começou em São Paulo, e que continua aqui, me parece extremamente importante porque a universidade precisa participar da avaliação desse processo do Mercosul que tem ficado muito no plano diplomático. Acho necessário que a sociedade, em seu conjunto, participe desse debate.

Mas eu gostaria, em primeiro lugar, que nós fizéssemos uma reflexão sobre a origem do Mercosul e, na verdade, quando nós vemos a origem do Mercosul, nós não vemos uma teoria por trás, nem uma utopia, nem um objetivo bem definido. De fato, ele surge de uma concepção de cooperação comercial, de uma abertura comercial entre os países, basicamente Brasil e Argentina, pois Uruguai e Paraguai entram ainda sem muita clareza, e isso é feito no período Collor, sem muita confiança por parte da diplomacia brasileira. A diplomacia brasileira não tinha muita perspectiva em direção ao Sul. Na verdade, a diplomacia brasileira sempre acreditou que a vocação do Brasil era muito mais voltada para o Norte do que propriamente para a América Latina, apesar de haver um período de certa aproximação da África, mas no fundamental a nossa perspectiva tem sido muito mais voltada para o Norte. Então, essa liberalização comercial se inicia sem muita perspectiva. Mas a prática econômica mostrou que havia um potencial muito grande de intercâmbio na região. E é aí que as coisas começaram a ficar mais sérias. O Brasil tem uma relação comercial com a América Latina de cerca de 6%, 7% das exportações brasileiras. De repente, o Brasil salta para 22% das suas exportações para a América Latina. Então isso produz realmente uma situação que de fato começa a obrigar os agentes sociais e econômicos a se interessarem pelo caso. E aí começa a se constatar que essas exportações são qualitativamente diferentes do resto. O Brasil, que tinha alcançado, na década de 70 e parte da década de 80,

* Professor da UFRJ, e Secretário Especial de Relações Exteriores do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

cerca de 60% das exportações no setor industrial, passou a ter um recuo enorme no seu relacionamento internacional. E com a aventura do Real chegou então, realmente, a se inviabilizar como país exportador industrial para chegar a se reassumir como um exportador de matérias-primas, como o caso do café e da soja, nem mesmo o café solúvel, mas o grão mesmo. E da soja também, uma etapa mínima de elaboração.

Nesse contexto, o Mercosul salva a indústria brasileira, do ponto de vista da exportação, sendo, inclusive, que a exportação para a Europa e para os EUA, de alguma forma (que é basicamente no setor automobilístico, no setor de calçados e alguns outros setores muito pontuais) também em boa medida tem que ver com o Mercosul porque o projeto das multinacionais de exportação, de usar o Brasil como plataforma de exportação para os EUA e a Europa passa também pelo Mercosul. Outra vez o Mercosul aparece como uma base para ampliar as exportações do país, no setor industrial, que seria realmente interessante para o país. Nós vemos assim que os fatos, sem muita teoria por trás, começam a mostrar que o Mercosul é uma coisa importante para o país, mas nós temos que agregar outros fatos que aparecem também um pouco sem teoria, sem muita coisa por trás. Um deles é o interesse da Europa sobre o Mercosul, interesse que chega ao ponto de a Europa propor um mercado comum entre o Mercosul e a União Européia, coisa que até hoje nós não assimilamos bem o que pode ser isso realmente, o que seria esse mercado comum Mercosul – União Européia. Algo parecido com o que seria também a Alca, que seria esse tratado de livre comércio, digamos, de toda a América. O que também é, em parte, um resultado do Mercosul. Foi o êxito do Mercosul que, de certa maneira, levou os EUA a buscar um projeto multilateral para a região, em vez de continuar numa perspectiva puramente bilateral voltada para a América Latina.

São fatos novos que vão surgindo e vão obrigando, de alguma forma, a nos preocuparmos com esse fenômeno que é o Mercosul. Eu acho que aqui há uma contradição básica que é bastante significativa. O Mercosul surge como um projeto neoliberal, como um projeto mercantil, fundamentalmente de livre comércio, mas encontra um contexto geopolítico muito mais complexo. Eu diria que o Brasil nunca participou do ideal bolivariano. Bolívar para o Brasil é uma figura muito longínqua, remota e, no entanto, de repente o Brasil está despertando uma perspectiva bolivariana na América do Sul e com extensão inclusive para a América Central e para a América do Norte, com o México. A presença desse projeto começa a ter outra dimensão, que está historicamente latente e que a diplomacia brasi-

leira não pode conter. Estou seguro de que se ela pudesse ela conteria essa dimensão. Mas os fatos são nessa direção. E, afinal de contas, se no Brasil, de alguma forma, existe uma expectativa de que ele lidere um movimento de sentido latino-americano tão amplo, ele também não pode deixar de participar desse projeto. Isso me parece muito claro quando, na véspera da reunião de Minas, quando se iniciaram as bases da Alca, o Brasil passou a ser objeto de viagens internacionais incríveis, recebidas tremendamente mal pelo Itamaraty. Nós recebemos durante um mês mais ou menos, antes desse encontro, visita do presidente da China, do Helmut Kohl, do Jacques Chirac, do primeiro-ministro do Japão, e tivemos outras viagens também com objetivo não muito claro. O primeiro-ministro do Japão ficou com uma agenda de menos de um dia, não se encontrou agenda para ele. O primeiro-ministro Helmut Kohl teve que jantar sozinho uma noite e o Itamaraty disse que isso é normal. Não é bem isso. Por quê? Porque as expectativas em torno do Brasil naquele momento eram muito grandes, já que o Brasil ocupava uma posição-chave na questão da Alca. “Será que o Brasil vai resistir, será que não vai resistir, será que ele vai unir forças contra a Alca?” Enfim, havia uma expectativa grande e uma tentativa de dizer ao Brasil que o resto do mundo, que não está nessa América aqui, queria que o Brasil desempenhasse um papel mais importante nesse processo. Coisa que nós – o poder constituído no Brasil – não gostaríamos muito de representar, porque aí existe uma dimensão de certa confrontação com os EUA. Não se trata de um choque com os EUA, mas pelo menos uma certa diversidade de posição com os EUA que sempre causa temor à diplomacia brasileira, historicamente buscando evitar essa confrontação. Por sinal, Afonso Arinos de Melo Franco foi ministro das relações exteriores do período da ditadura com uma perspectiva de política externa independente. Não sei bem como aparecem essas coisas na imprensa brasileira. O período de política externa independente, que foi Santiago Dantas quem formulou, foi de 61 a 64. Em seguida ao período da ditadura, depois de nós termos formulado o princípio “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”, na primeira fase, nós terminamos na década de 70 falando de “pragmatismo responsável”. O que denota uma certa independência, mas muito restrita. Não chega a ser uma proposta de política externa independente e, contudo, lê-se na imprensa coisas desse tipo. Afonso Arinos de Melo Franco foi o homem que iniciou o golpe de 64 como ministro das relações exteriores potencial do governo de Minas Gerais, de Magalhães Pinto, e foi ele que fez o acordo com os EUA para a invasão do Brasil caso houvesse uma resistência significativa para apoiar o governo de Minas

Gerais, em 1964. E, no entanto, ele aparece como se fosse líder de uma concepção de política externa independente. Estou fazendo uma referência a isso para chamar a atenção para a falta de doutrina para a situação em pauta, que realmente é uma prática que vai exigindo elaboração teórica mas que tem muito pouco de doutrina por trás. E quando se começa a se aproximar de doutrinas, são doutrinas não muito aceitas. Eu não sei se a atual diplomacia brasileira, sem uma transformação política mais profunda no país, aceitará a idéia de liderar um movimento do tipo bolivariano, como nós vimos, inclusive, no choque aberto quando o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, tentou forçar, na reunião de Brasília do ano passado, no contexto em que o Brasil tentava liderar um movimento da América do Sul para aumentar seu poder de negociação dentro da Alca, posição assumida de maneira muito sincera, porque realmente é seu programa (de Hugo Chávez) propor uma integração sul-americana dentro de uma perspectiva bolivariana, atrás rechaçada imediatamente pelo governo brasileiro, por Fernando Henrique e pela diplomacia brasileira. Não se trata disso. Não vamos tão longe. Nesse contexto, quando as coisas avançam, avançam de uma maneira que vai muito contra a opção doutrinária do país. Este é um ponto muito importante a considerar, a exigir reflexão. E nesse ponto também vem a questão que eternamente permeia tudo isso, que é a questão da democracia, um dos fundamentos da idéia de que, agora sim, se pode fazer uma cooperação na região ou um livre mercado, porque então temos um contexto democrático na região. Mas ainda temos alguns pontos relativamente complexos. Eu chamaria atenção, por exemplo, para a dificuldade de assimilar o contexto de democracia bolivariana que os venezuelanos estão desenvolvendo: uma concepção de democracia não propriamente liberal, mas uma democracia com a participação de massa e com objetivos de transformação social muito profundos. Há muita resistência a essa concepção em desenvolvimento na Venezuela. No entanto, por exemplo, nós tivemos uma tolerância muito especial com a democracia de Fujimori, na qual tivemos uma ameaça muito séria ao desenvolvimento democrático do Peru, que alcançou um certo momento bastante importante na década de 80, já vindo do processo de 68, da revolução democrática dirigida por militares no Peru, a chamada Revolução Peruana, e que trouxe uma série de mudanças muito significativas no Peru, e termina com uma fórmula que não tem nenhuma pretensão doutrinária, é simplesmente a forma de justificar o poder de um dirigente (Fujimori). E nós vimos, inclusive, o governo brasileiro se comprometendo com a sobrevivência da ditadura de Fujimori, num momento tão dramático como foi o final do ano passado e

o começo deste. Com casos como esse, nós sentimos uma certa dificuldade em aceitar as premissas de que haja fundamento, base de uma política comum na região, de maior aproximação, de que essa base esteja próxima da idéia de democracia, que por sua vez também se tornou relativamente difícil de aceitar, tendo em vista o restabelecimento da idéia de reeleição como elemento do processo democrático – prática típica do século XIX, e que permitiu exatamente a sobrevivência das ditaduras latino-americanas. Todos esses dirigentes partiram para a idéia do processo de reeleição, inclusive com interpretações especiais de que não era só uma reeleição e sim duas, mesmo porque, neste momento até no Brasil está se discutindo que, constitucionalmente, não houve propriamente uma reeleição do presidente Fernando Henrique. Assim como se passou no Peru já no final do governo Fujimori, o qual tinha-se comprometido em não se candidatar de novo e, no final do governo, começou-se a descobrir que ele não tinha sido reeleito propriamente, porque tinha sido eleito a partir de uma outra constituição, portanto a eleição anterior não poderia ser considerada uma reeleição, de modo que a terceira reeleição seria a segunda. E o Menen também tentou. Se ele não tivesse uma oposição aguerrida, inclusive dentro de seu próprio partido, possivelmente conseguiria sair para uma terceira disputa na Argentina. O espírito democrático da região está ainda muito pouco desenvolvido. Nós não podemos pensar que estamos em uma situação tão segura do ponto de vista democrático. Em termos doutrinários, isso fica como um elemento difícil quando a idéia de uma integração regional começa a rondar o perfil de uma simples liberalização comercial. Parece claro que, se nós queremos preservar as coisas que foram avançadas nesse período, nós teremos que avançar para uma integração regional. E é aí onde o problema começa a ser mais complexo, porque uma integração regional supõe alguma doutrina, supõe algo em comum maior do que simplesmente baixar tarifas e permitir um comércio mais intenso. Aí vem, por exemplo, o problema de coordenação de políticas macro-econômicas, o que supõe algum tipo de doutrina comum. Tivemos nesse período uma doutrina comum, que foi o pensamento neoliberal e as formulações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas essas formulações nos levaram a crises bastante graves e é muito difícil continuar com elas nos servindo de orientação. E mesmo porque há interpretações diferenciadas. Como é, de um lado, a interpretação argentina – que foi a do Plano Real durante tanto tempo – de que tinha que ter uma âncora cambial e que portanto não pode haver desvalorização; ou uma perspectiva como a que se desenvolveu no México depois da crise de 94 e da crise do stalinismo, que é exata-

mente o contrário: é a possibilidade de uma flexibilidade cambial que passa a ser considerada a essência mesma de uma política liberal. Do ponto de vista de teoria econômica, evidentemente, a liberdade cambial é mais próxima da teoria liberal que a idéia de uma moeda absolutamente estável. Acho que a posição argentina não tem muito assento numa teoria econômica neoliberal. É, provavelmente, questão pragmática em função dos interesses dos grupos econômicos argentinos. Historicamente seu setor exportador sempre foi muito favorável a uma situação como essa, por uma razão incrível. De modo geral, o setor exportador sempre se interessa por desvalorizar a moeda, mas o setor exportador argentino é de *commodities*, cujos preços se fazem no exterior e não dependem tanto do preço interno. Mas, claro: há aqui uma especulação financeira, um setor financeiro que ganha muito mais com a política de estabilização cambial e que pode entrar com moeda ou sair com moeda como a classe dominante argentina faz há muitos anos. Mas do ponto de vista de teoria econômica seria muito difícil explicar essa posição e defendê-la. Eu tenho tentado demonstrar isto em diversas ocasiões: o pensamento liberal não tem uma coerência prática, política, porque ele não pode ser aplicado no contexto da prática e da política contemporâneas uma vez que tem uma noção de um mercado livre que não existe, que não tem nenhuma possibilidade de existir. Nós estamos num mundo de monopólios, num mercado monopolístico, que opera por princípios muito diferentes desse chamado livre mercado e, portanto, não é compatível com a política real, com as concepções doutrinárias.

Para concluir, eu lembraria que, conversando com o ex-primeiro ministro Michel Rocard, percebi nele uma decepção colocada de modo indisfarçado: “Nós europeus estamos apostando no Mercosul, apostamos numa integração com vocês e vocês não conseguem sustentar o Mercosul e partem para uma luta interna, como essa da Argentina, que é decepcionante para nós. Estamos apostando em vocês porque já há uma segunda reunião marcada entre América Latina e Europa, na perspectiva de uma integração, uma vez que está por ser assinado definitivamente um convênio de integração entre o Mercosul, e, possivelmente, o resto da América Latina, com a União Européia”.

Vão ser enviados seis comissários da União Européia em visita ao Brasil e à América Latina nos próximos seis meses para preparar a próxima reunião. Eles vêm com o objetivo de dar um passo adiante. O que mais nós exigimos dos europeus? Que baixassem os subsídios da agricultura européia para permitir a entrada de nossos produtos na Europa. Segundo

os franceses, a União Européia está disposta a avançar nesse sentido. Esta concessão deve ser feita somente para nós e não para os EUA também. Está aí uma jogada que é resultado de uma expectativa geopolítica gerada pela situação latino-americana e pela existência do Mercosul, mas que também não está em nenhuma doutrina. Não há nenhum órgão dizendo claramente que nós temos um caminho de unidade com a Europa como uma forma de aumentar a nossa capacidade de negociação mundial etc. O mais próximo que houve disso foi a formulação do Brasil como *global trader*. Nós chegamos realmente a nos aproximarmos de uma concepção mais global de atuação do país: “20% com a América Latina, 20% com a Europa, 10% com a Ásia, mais um pouco com a África, então somos hoje um *global trader* não podemos aceitar pressões para ficar só em uma região” etc. Bom, esse foi o máximo que chegamos em termos de doutrina. Nós ainda não tomamos posição nesse contexto sobre a posição européia, não temos posição sobre a China, que definiu o Brasil como parceiro prioritário, e o Brasil nunca deu uma resposta nesse sentido, nunca aceitou essa posição de prioridade. A Índia tem um enorme interesse de aproximação com o Brasil e até hoje não foi feita essa aproximação, e não há política voltada para isso. A Rússia também tem interesse numa aproximação e não consegue dar esse passo com o Brasil. São países que estão buscando ampliar o jogo político internacional e diplomático e vêem um Brasil mais independente, que possa fazer um jogo político mais complexo. Essa é a verdadeira razão pela qual a nossa diplomacia não consegue ser realmente uma diplomacia capaz de estar à altura da expectativa que o Brasil cria na região. Porque toda a região tem a idéia de que o Brasil poderia liderá-la para a sua independência. Inclusive com os argentinos, com os quais há um choque maior, ou mesmo o caso do Uruguai, onde houve choques tão importantes historicamente. Mas a simpatia por uma liderança brasileira existe, desde que ela fosse uma liderança para a independência da região, para garantir à região a sua independência. Mas essa liderança não se perfila porque a nossa classe doméstica está protegida numa posição subjugada e está voltada para essa função de intermediária do capital financeiro internacional, que é o grande negócio do Brasil hoje. Até mesmo a nossa burguesia comercial está desaparecendo. Eu vejo aí a fonte desse problema. Eu acho que nós temos que ter uma mudança política... No período do Goulart, quando ele foi à China, ao Chile, teve sempre uma recepção fantástica porque havia essa expectativa favorável ao Brasil. Se nós voltarmos a ter uma situação democrática avançada em que o povo brasileiro consiga realmente permear o processo de decisão política no país e criar um proje-

to político voltado para o povo brasileiro, acho que nós passaremos a ter uma liderança latino-americana e africana muito forte. A África do Sul gostaria de ser membro do Mercosul, mas o Mercosul não faz nada a respeito! O Brasil poderia dirigir um grande projeto de desenvolvimento latino-americano, sobretudo sul-americano. Mas um país que renuncia a ter uma presença naval importante, de transporte ou o que seja, sendo um país de dimensão atlântica como a nossa, país que renuncia a ter uma indústria naval, a cabotagem, como pode ter uma liderança sobre o Atlântico Sul, que foi o grande objetivo histórico dos militares brasileiros em 1964? Nós temos um potencial de engenharia civil fantástico, mostramos a presença desse potencial na África e em muitos países latino-americanos e não podemos desenvolver um grande projeto de infra-estrutura latino-americana. E assim por diante: nós temos uma potência amazônica, temos um pacto amazônico e não damos a esse pacto um sentido maior na vida política brasileira, na vida nacional. Sobretudo os venezuelanos estão muito interessados, pois o pacto amazônico venezuelano passa pela questão do petróleo também, o que é uma questão fundamental para o Brasil, para que o Brasil pudesse dispor do petróleo venezuelano, o que nunca pode ser feito porque os EUA nunca permitiram, mas agora a Venezuela já está vendendo petróleo para o Brasil. Há um outro projeto dirigindo a política venezuelana, mas há muita vacilação sobre os resultados que isso possa ter.

Nós precisamos de uma transformação política interna e dentro desta perspectiva, esse potencial vai se desenvolver muito. A Constituição de 1988 é uma amostra disso: nós podemos chegar a ter uma perspectiva realmente. Atualmente, o que se vê é que a Constituição é um problema, como foi um problema para fazer as privatizações, para entregar os minérios... É muito difícil fazer uma Constituição que entregue as riquezas de uma nação da maneira que foi entregue nesse período, que aceite isso como princípio constitucional.

Tudo isso, para mim, forma realmente um quadro em que penso que a nossa responsabilidade como intelectuais, mas também a responsabilidade política, obriga-nos a pensar que nós temos que refletir mais sistematicamente sobre um processo real – o Mercosul como processo real, com suas dificuldades, mas com seus avanços também –, Mercosul como potencial – potencial que não é exatamente o que se buscou, mas algo mais, e para isso então é necessário todo um desenvolvimento teórico para analisar essa questão –, e Mercosul como parte de uma situação geopolítica mundial, que de nós exige uma maior reflexão, visando a uma doutrina que oriente a política externa brasileira. Afinal, nós estamos diante de um pro-

cesso eleitoral no próximo ano em que se vão discutir, outra vez, os destinos políticos do país. Há um rechaço às antigas fórmulas, é preciso levantar um projeto novo... Eu acho que nós devemos buscar uma forma para sair dessa indefinição e tentar gerar realmente um projeto em que o Mercosul seja parte, mas realmente parte substancial, de um projeto muito mais amplo, no qual o que passou até agora seja uma referência importante, mas sobretudo uma demonstração de que existe um potencial grande que não está sendo explorado, que não está sendo analisado e não está sendo teorizado. Obrigado.

Intervenção do coordenador da mesa, professor Roberto Amaral

Fui estimulado pelas oportuníssimas referências do Professor Theotônio dos Santos. Se bem entendi, a aspiração bolivariana, muito hispânica, américo-hispânica, e a tendência luso-brasileira ao isolacionismo – nós sempre, não sei se por nossa formação histórica, a formação colonial, nosso tamanho, estamos sempre de costas para o Oeste, sempre olhando para o Leste, sempre olhando para o Atlântico, esquecendo-nos dessa vizinhança. Mas ocorrem neste país coisas engraçadas, interessantes. Normalmente, os juristas dizem que o direito vem depois da realidade – a função da lei, da norma jurídica é apreender a realidade, é contê-la, discipliná-la. Mas, às vezes, o jurista-político, e neste caso está o constituinte, inverte os papéis. Este, ao invés de apreender a realidade, propõe uma realidade nova, que às vezes se implanta, às vezes não se consolida – neste país existem as leis que *‘pegam’* e as leis que *‘não pegam’*. Do ponto de vista constitucional é quando há a ausência de uma vontade política para dar corpo à aspiração do texto para efetivar-se. Vou ler um parágrafo, que suponho muito pouco conhecido, de artigo muito pouco conhecido, de documento que já foi importante neste país, que é a Constituição. Talvez vocês não saibam, o Brasil tinha uma certa inveja da Inglaterra por ela não ter Constituição e a gente ter, e ela ser muito grande, e se desejava tê-la pequena como a Constituição dos Estados Unidos. Agora podemos ficar honrados porque o Brasil não tem mais Constituição. Somos um país que se dá ao luxo de reformar sua Constituição como se fosse lei ordinária – temos hoje já trinta e duas emendas. Quer dizer, a Constituição, que é um órgão sistêmico, que tem uma unidade, se perdeu. Temos um amontoado de artigos, mais ou menos desconexos. Mas, falando na Constituição, gostaria de ler um artigo, que penso ser importante para nossas reflexões de hoje. É o Pará-

grafo Único do Artigo 4º. da Constituição Brasileira, que reproduzimos em todo número da nossa revista *Comunicação & Política*. “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Que busquemos dar corpo a esse anseio.

Tem a palavra o Professor Antônio Carlos Peixoto, velho companheiro de outras sagas, que além de professor de Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é membro do Conselho Deliberativo da revista *Comunicação & Política* e colaborador do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.

Palestra do professor Antônio Carlos Peixoto*

Eu gostaria de iniciar a minha exposição dizendo o seguinte: quem fala por último tem sempre uma vantagem e uma desvantagem; a desvantagem é a seguinte – tudo que podia ser dito, já o foi, de modo que resta muito pouco, é preciso um exercício fantástico de imaginação para poder vislumbrar algum recanto ainda não explorado nas intervenções anteriores; e a vantagem é a seguinte – oportunisticamente, é possível garantir um bom termo de intervenção, exercendo algumas críticas, obviamente superficiais, sobre tudo que foi dito antes. Mas vou procurar escapar dessas duas tentadoras alternativas, procurar reunir aqui fragmentos de intervenções – que, obviamente, quando foram expostas, não eram fragmentos, eram parte coerente – e também tentar levantar algumas reflexões, essas localizadas nos tais recantos que eu considero ainda não explorados.

Se nós examinamos o surgimento do Mercosul, em perspectiva histórica, podemos verificar a existência de uma linha de continuidade, mas de uma continuidade obviamente recente no que se refere a tentativas de integração num contexto mais amplo, que seria o próprio contexto latino-americano. Nós temos então o caso da Alalc*, nós temos Aladi, enfim, nós temos esses esboços que não funcionaram por razões que seriam muito longas e seguramente monótonas se discutidas aqui. O Mercosul foge, obviamente, dessas linhas que se esboçaram anteriormente. O Mercosul obedece a uma lógica integrativa, que eu chamaria de uma *integração seletiva*, que não é integração de todos os campos – da vida econômica, política, social ou cultural – de todos os países, mas é um processo de integração de alguns países e que começa por alguns campos que são bem definidos. Então essa caracterização como uma integração seletiva me parece ser o

* Professor da UERJ e do Conselho Editorial de *C&P*.

** Associação Latino-Americana de Livre Comércio instituída em 1962; em 1980 foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração – Aladi. N. do E.

ponto de partida da análise do Mercosul. Obviamente, alguma coisa teria que ter precedido o Tratado de Assunção, de 1991, e que levou à instauração, eu diria formal ou jurídico-formal do Mercosul. E esta *alguma coisa* está justamente nos primeiros acordos de integração que foram assinados entre Brasil e Argentina em 1986. E eu concordo plenamente com o Professor Theotônio quando ele nos diz o seguinte: não houve uma doutrina, não houve uma reflexão diplomática a partir da qual o Mercosul fosse estruturado, assim como não houve também uma reflexão nem a elaboração de um princípio diplomático que tivesse organizado os primeiros tratados de integração entre Brasil e Argentina de 1986. Diferente, portanto, do caso da União Européia, onde nós tínhamos um princípio e um princípio básico que orientou toda a diplomacia européia – obviamente da Europa ocidental – e que culminou, num primeiro momento, no Tratado de Roma, posteriormente no Mercado Comum Europeu, depois na Comunidade Econômica Européia, e hoje já na União Européia. Qual era a idéia que aí presidia? Era a *Europa da paz*. Esse era o princípio diplomático básico, a reflexão se dava em torno disso, e o próprio Robert Schuman – aqui citado pelo Embaixador do Uruguai, o primeiro a usar a palavra neste Seminário – foi um dos principais elaboradores desse princípio. Os acordos de integração entre Brasil e Argentina não foram, a meu ver, objeto de uma vontade política explícita. Eles foram resultado de uma ausência de alternativas para cada um dos países em questão. O que havia ocorrido? Aquele sonho – que foi inclusive habilmente manipulado em termos de *marketing* político pela ditadura militar, principalmente nos anos de auge, nos anos de *boom* de crescimento econômico – de que o Brasil era o último avião que decolava do Sul em direção ao Norte, mas de repente o tempo fechou lá em cima, o avião não encontrou o rumo junto ao Norte e teve que voltar apressadamente para o Sul, que era o lugar que obviamente lhe competia porque a sua trajetória tinha sido fechada. Na Argentina, tendo ocorrido a tragédia da guerra das Malvinas, e uma sucessão de ditaduras militares que lançaram aquele país num brutal nível de isolamento político e de completa desregulamentação do ponto de vista econômico, quer dizer, os níveis inflacionários altíssimos... Então, a união entre Brasil e Argentina parece mais a união de dois isolados, de dois países sem alternativa do ponto de vista de alianças, seja mesmo no sistema regional – porque, em 1985-86, a última das preocupações do governo Reagan era a América Latina, perspectivas em relação à Europa não havia –, então vamos juntar nossos poucos recursos e ver se daí alguma coisa pode ser feita. Não houve realmente uma reflexão diplomática que orientasse isso, não houve efetivamente uma

intencionalidade de busca de um acordo político que orientasse isso. Mas em torno deste embrião de unidade entre Brasil e Argentina, foi possível construir um eixo que obviamente teve a capacidade polarizar, num primeiro momento, Uruguai e Paraguai, e depois de se estender um pouco, admitindo certos parceiros privilegiados, como foi o caso da Bolívia e como foi o caso, num certo momento, do Chile, ficando de fora os países da Comunidade Andina, por razões que são nacionalmente diferenciadas, e que eu voltarei a mencionar dentro de alguns instantes.

Nasce, portanto, uma união que não tem um projeto diplomático muito claro e muito definido. É uma união que vem sendo construída empiricamente, pragmaticamente, diferente do caso europeu, onde nós temos, na construção da União Européia, uma precedência das normas sobre os objetivos. Se a União Européia demorou tanto a ser feita – mas também ela só pôde ser feita por causa disso – é porque as normas, os procedimentos, sempre estiveram na frente dos objetivos. Por isso a perda de tempo em discutir procedimentos, as dificuldades de avançar, haja vista o que se passou, agora, neste fim de semana, quando a Irlanda rejeita, num plebiscito, o acordo firmado pelos chefes de Estado europeus, reunidos em Nice em dezembro do ano passado. O acordo de Nice tinha que ser referendado nacionalmente. A Irlanda avisou logo que não está de acordo com isso. Outro problema de procedimento – como é que se resolve, se se perde mais algum tempo... O caso do Mercosul é um caso no qual a velocidade na definição de objetivos e dos procedimentos que necessariamente devem acompanhar esses objetivos foi mais ou menos simultânea. Não houve predominância nem de objetivos sobre os procedimentos nem de procedimentos sobre objetivos. Isso, a meu ver, deu ao Mercosul um caráter de pragmatismo, de um empirismo saudável, que impediu que se perdesse muito tempo discutindo as normas que deveriam reger objetivos que ainda seriam discutidos.

Dentro do Mercosul propriamente dito, o que é que caracteriza, do ponto de vista diplomático-estratégico, as relações internas desse novo agregado do sistema internacional que é o Mercosul? Nós temos desde logo uma característica assimétrica, e uma assimetria que infelizmente nem sempre foi bem manejada do ponto de vista diplomático. Existe, obviamente, uma assimetria no que se refere à distribuição dos recursos de poder entre os dois principais parceiros, que são o Brasil e Argentina. E essa assimetria joga a favor do Brasil em detrimento da Argentina. Mas é função de uma diplomacia competente, de uma diplomacia apta, diminuir a imagem da assimetria de recursos e colocar as coisas de tal maneira que

aquele cujos recursos de poder são menores não sinta demasiadamente a superioridade em termos de recursos de um outro parceiro. E eu tenho a impressão de que, neste terreno, a diplomacia brasileira foi mal sucedida. Eu não creio que ela tenha se desempenhado a contento disto.

A verdade dos fatos é que o Brasil passou – não só para a opinião pública argentina mas também para o empresariado e para a elite política – uma certa sensação de arrogância, uma certa arrogância do seguinte tipo: “como nós somos os mais fortes, nós podemos fazer o que quisermos e entendermos e vocês irão ter que se submeter a isso”. Este exemplo de uma diplomacia que nem sempre utilizou a arma necessária da humildade – porque a humildade, nesse momento, teria sido um recurso diplomático necessário, pouco importa se ele é demagógico, não é essa a questão; na diplomacia se emprega o que se deve empregar: pode-se empregar a arrogância num momento e humildade num outro. Isto culminou com a mal-fadada desvalorização cambial de janeiro de 1999. Eu não estou discutindo aqui se a desvalorização cambial deveria ou não ter sido feita – isso obviamente era um problema interno brasileiro – mas num sistema associativo como o Mercosul, uma desvalorização cambial deixa de ser um problema interno brasileiro, passa a ser também um problema dos nossos parceiros, e particularmente dos nossos principais parceiros que eram os argentinos. Eu gostaria de lembrar aqui, obviamente todos têm isso claro na memória, quando o então Primeiro Ministro da Alemanha, o todo poderoso Helmut Kohl, contrariando a opinião do presidente do Banco Central Alemão – porque o Banco Central dizia que as pressões inflacionárias resultantes do custo da re-unificação seriam insustentáveis –, resolveu apressar a re-unificação das duas Alemanhas, o governo alemão acabou com a tão famosa independência do Banco Central Alemão que era uma das coisas mais decantadas e propaladas das economias de mercado ocidental, e resolveu fazer a unificação como um projeto de vontade política. O custo é muito simples: puxa-se a taxa de juros do Banco Central, os capitais obviamente vão fluir para a Alemanha e são esses capitais que vão financiar a re-unificação. As moedas européias, todas elas vão ser desvalorizadas diante do Marco alemão – a Libra esterlina foi desvalorizada, o Florim holandês, a Peseta espanhola, a Lira italiana, o Franco belga... E quando chegou diante do Franco francês? O governo alemão parou, pensou duas vezes, e chegou à seguinte conclusão: “Não dá para impor à França a desvalorização do Franco. Os velhos problemas existentes entre França e Alemanha podem renascer de um momento para o outro. Então nós temos que, artificialmente, segurar a conversibilidade do Franco francês, de modo

a não criar ressentimentos do outro lado do Reno”. Então aconteceu que a Alemanha, naquele momento, claramente determinou que todos os outros parceiros da Alemanha, nos quadros da União Européia, pagassem o preço da re-unificação, mas a França não, a França não pagaria, teria de ser preservada. Ora, obviamente, era o caso de janeiro de 1999: algum mecanismo compensatório, diante da desvalorização cambial brasileira – feita às pressas, feita de qualquer maneira, quando todo mundo sabia que essa desvalorização se impunha há seis ou sete meses, mas *era preciso esperar* a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, e ainda depois da reeleição *era preciso esperar* alguns meses, não se sabe por quê – então algum mecanismo compensatório teria que ser encontrado frente à Argentina. Como todos sabem, nada foi feito. O ressentimento aumentou. E aumentou em um país que sempre, de uma ou de outra maneira, inventou determinados estratagemas, utilizou determinados artifícios, que tinham efeito mais pirotécnico do que real no jogo diplomático-estratégico. Mas, de qualquer modo, o aviso estava sempre ali: “Tudo bem, vocês são os mais fortes, mas não exagerem”. Então nós temos episódios, como o do Menem mandando um navio de guerra no momento do conflito no golfo, nós temos determinados avisos dados principalmente durante o próprio governo do Menem – “olha, não esqueçam que os EUA estão ali e que nós podemos mudar de parceiro mais forte...”, a questão da dolarização completa da economia argentina, não do Peso atrelado ao Dólar, mas da dolarização completa, era uma questão que de vez em quando era levantada pelos argentinos como lembrete, para que o Brasil não exagerasse demais na utilização diferencial de poder.

Então, coisas como essas obviamente não ajudam, elas atrapalham. Creio que a diplomacia brasileira não soube manejar bem o diferencial de recursos de poder que julgava em favor do Brasil. E a verdade dos fatos é que nós temos hoje na Argentina um clima que é muito menos favorável ao Mercosul do que já o foi. Porque nos anos 93/94/95, nós éramos “*los primos, los hermanos...*” Hoje em dia, nós somos um pouco menos do que, eu não diria indesejáveis, mas nós não somos tão desejáveis como já fomos um dia. Então, eu não quero voltar aqui ao argumento, que já foi repetido, do impacto altamente positivo que o Mercosul teve. O que eu quero simplesmente dizer é o seguinte: uma associação depende, e depende muito, do modo pelo qual a diplomacia trata esta associação. E no caso do Mercosul, eu tenho a impressão que a diplomacia brasileira freqüentemente descuroou, a diplomacia brasileira se preocupou pouco. Pegou o Mercosul como uma realidade já dada, e que funcionava a nosso favor. Sem se lembrar que em política externa alianças podem ser desfeitas assim como elas

foram feitas. Sem lembrar que parceiros podem ser trocados. Deu-se aquilo como um bloco já cristalizado, fixado, e que não mais precisava de cuidados constantes. O resultado que temos não é, infelizmente, dos mais brilhantes.

Outro erro, e esse o Professor Theotônio já citou, eu não vou fazer senão reforçá-lo: evidentemente não cabe no raciocínio lógico de ninguém que, diante das eleições de um ano atrás no Peru, o Brasil não tenha dito uma só palavra a respeito da fraude escandalosa que foi a reeleição escandalosa de Fujimori*, aliás disse que não tinha nada a fazer e que *não se metia em negócio de outros países*, quando os EUA já estavam *gritando*. O resultado, qual foi? É que nós temos hoje no Peru um presidente que não gosta do Brasil – O Alejandro Toledo não gosta do Brasil – e tem suas razões! Eu não divergiria dele. O que é que o Brasil fez por eles? O que é que o Brasil fez no sentido da redemocratização do Peru? Absolutamente nada, não fez nada a favor e atrapalhou. Isso não é maneira de construir nada, quando o Peru, obviamente, era um parceiro importantíssimo para a ampliação do Mercosul nos quadros sul-americanos.

O Mercosul esgota a política externa brasileira? Não, não creio que esgota. O Brasil tem outras frentes, outras vertentes de política externa que ele pode seguir. Mas o que acontece com a diplomacia brasileira? É uma característica que – somente há muito pouco tempo consegui identificá-la –, como instituição e como formuladora de estratégias, há algum tempo, é a seguinte: ela é uma diplomacia que tem uma competência bastante grande na formulação, na identificação dos problemas, dos pontos de estrangulamento e das alternativas. Mas ela não costura. Ela identifica, mas entre a formulação e a execução de políticas vai um hiato que é enorme. Senão vejamos: Theotônio também citou um ponto que é crucial. Andou na cabeça da diplomacia brasileira a doutrina dos chamados parceiros estratégicos; esses parceiros estratégicos eram quatro: Rússia, China, Índia e África do Sul. Alguns acordos de natureza tecnológica, de cooperação científica, foram assinados com esses países. Com a China particularmente já foi assinado um, no Governo Sarney, quando o deputado Luís Henrique era o Ministro de Ciência e Tecnologia. Mas isso é muito pouco. Se nós desenhamos uma alternativa de parceiros estratégicos, temos que dar consequência, temos que passar da palavra aos atos. É muito pouco o que

* Aqui há uma rápida intervenção do Professor Roberto Amaral, recordando que houve, em verdade, apoio do Brasil ao projeto continuista de Fujimori. N. do E.

tem sido feito. A parceria estratégica ainda não se configurou diplomaticamente. Ela fica na formulação. A retórica, o discurso de aproximação com a União Européia é um discurso que já dura muitos anos, avançou quase nada. E qual é o impasse diante do qual nos situamos agora?

Nós estamos diante da alternativa, que aparece agora, da Alca. Obviamente, o processo de negociação frente à Alca supõe que haja uma resistência organizada, uma resistência daqueles que estarão dentro da Alca e que deverão estar dentro das melhores condições possíveis. Isso supõe Mercosul, mas não só Mercosul. Durante muito tempo, eu tenho impressão de que a crença oficial que foi apresentada foi uma crença ilusória. Ela passava pelos seguintes elementos: 1º.) haveria um reforçamento *ad infinitum* do Mercosul; 2º.) dentro deste reforçamento, seria possível construir um bloco diplomático sul-americano, não latino-americano, pois o México é outra questão, América Central também é uma outra questão, mas um bloco diplomático sul-americano que, este sim, seria capaz de negociar em bloco com os EUA, e portanto obter, por parte de uma futura Alca, as melhores condições prevaletentes possíveis. E, nestas condições, sendo o Brasil o país mais forte do Mercosul e o país mais forte da América do Sul, o Brasil teria uma hegemonia quase que natural dentro deste mesmo bloco. Este foi o cenário com o qual se trabalhou durante muitos anos. Deu errado. Ninguém tem dúvidas em dizer isso. Primeiro porque se subestimou a vontade hegemônica norte-americana; vontade essa que passava obviamente por uma recusa de reconhecimento de uma hegemonia que fosse inclusive sub-regional, como seria o caso da brasileira. Eu não creio que os EUA vão identificar no Brasil nenhuma hegemonia sub-regional e reconhecer esta mesma hegemonia. Segundo: superestimou-se, inclusive, a vontade dos EUA de aceitar um bloco sul-americano; e, ao contrário, os EUA não estão querendo reconhecer a existência de um bloco sul-americano, eles estão querendo um projeto multilateral, mas eles estão puxando os países para a sua órbita de influência de maneira bilateral. Essa vem sendo a estratégia norte-americana no momento.

A impressão que eu tenho é que, além de uma incapacidade de passar das palavras aos atos, ou seja, da reflexão ao trabalho diplomático propriamente dito, a diplomacia brasileira é uma diplomacia que lida mal com o conflito. Ela não se situa bem no terreno do conflito. Ela é muito boa para os conflitos alheios, como é o caso, por exemplo, do conflito de fronteira entre Peru e Equador. Mas um conflito que envolva diretamente o Brasil, ela não se situa bem, ela não é uma diplomacia de risco. Ela tem dificuldades de assumir riscos. Caberia talvez uma reflexão maior sobre o

porquê disso, o que demandaria um certo número de estudos mais aprofundados e mais especializados sobre as características de funcionamento da própria diplomacia brasileira como instituição.

Obrigado.

Intervenções

Intervenção do auditório

Boa tarde, meu nome é Érica Resende, sou aluna do Instituto de Relações Internacionais da PUC. A minha pergunta vem do fato de ter uma outra opinião, em relação à do Professor Theotônio, a quem eu admiro muito, sobre a questão da responsabilidade do mais forte dentro do Mercosul. Porque eu entendo que o Brasil não consegue perceber que a sua situação de ser o motor da integração no Mercosul faz com que ele tenha de chamar para si as responsabilidades de promover o Mercosul. E eu vejo que justamente a diplomacia brasileira está sendo negligente neste aspecto e não está tendo a vontade política ou não está sabendo como conduzir o processo ou ainda como ser o motor desse processo. Então eu gostaria de saber se seria uma questão de dificuldade interna, por questões de cunho doméstico, ou mais relacionada a problemas de transmitir aos seus parceiros uma imagem de o mais poderoso, o mais forte, aquela questão de prestígio do brasileiro, o Brasil querendo estar à frente, e o medo da Argentina, Uruguai e Paraguai de serem engolidos pela locomotiva brasileira?

Intervenção do professor Theotônio dos Santos

Eu tenho algumas hipóteses sobre esta questão realmente, porque eu creio que a possibilidade de exercer uma política externa com êxito e à altura da importância sobretudo geográfica do Brasil, e também populacional, depende muito realmente das forças internas. O nosso grande problema, eu acho, é que a classe dominante brasileira tem-se cada vez mais se comprometido numa posição de subordinação ao sistema capitalista mundial, renunciando historicamente a qualquer perspectiva própria, independente desse sistema. Mas aqui existe uma contradição, porque o Brasil tem uma dinâmica econômica que o obriga a, de alguma forma, assumir responsabilidades tanto no plano interno quanto regional, que são

inerentes à condição do poder econômico que o país representa. E assim essa classe dominante nossa vai ficando cada vez mais anacrônica. Esse é o grande problema que nós sofremos cada vez mais. Ela, ao aceitar essa posição subordinada, vai perdendo sentido. E a diplomacia reflete isso, eu acho. Reflete essas vacilações, esse ir e vir, esses projetos mal definidos, eu creio que são parte dessa situação. Nós podemos ver, por exemplo, no Período Vargas, dos anos 30, o país começou a ter uma certa dimensão latino-americana, que se foi cultivando no decorrer do tempo, e no Governo Goulart ou quando as forças sociais no país já estavam democraticamente assumindo certa importância, chegou-se à doutrina da política externa independente, uma doutrina com pretensões de situar o Brasil como uma potência com perspectiva própria dentro de um mundo inclusive com questões candentes, como era a confrontação da Guerra Fria. Nesse quadro o Brasil queria adotar uma posição independente. Então o golpe de Estado de 64 realmente cortou essa perspectiva. Mas a própria ditadura militar, na medida em que retomou o crescimento econômico – 67, 68, 69 – foi obrigada a outra vez assumir a perspectiva de potência, mas outra vez dentro de uma visão extremamente oligárquica e de cima para baixo. Quer dizer: a idéia de ser uma potência sem povo, o povo não faz parte da potência, a potência vem do tamanho e o defeito da potência é o povo, porque é um povo atrasado, é um povo que inclusive etnicamente não é reconhecido, porque aqui existe um problema racial, de racismo muito grave na nossa elite – a nossa elite não se identifica com o nosso povo. Isso é um problema muito sério. Isso se revelou, por exemplo, no caso da África: o Brasil se preparou para ser o sucessor do portugueses na África. Estava ‘preparadinho’. Quando se faz a abertura na África, o Brasil não queria a radicalização que se propôs, mas ele até a aceitou, por exemplo no caso de Angola. “Quem estiver com Luanda, nós ficamos, não há problema...” – era o que diziam. A posição brasileira era de ser o sucessor do império português. E vai descobrir o quê? De repente, um país que o Brasil sempre viu com ares de superioridade, porque é um país pequeno, com a população pequena, relativamente pobre como é o caso de Cuba, passa a ter papel decisivo na África, papel que o Brasil não pôde ter.

Quando se revê em perspectiva os anos 70, vê-se que essa tentativa de o Brasil de ter presença na África vai causar um choque muito grande com os primeiros africanos que aqui vêm como representantes de seus países no Brasil. E algumas vezes nós tivemos com eles conversas sobre isso e eles perguntavam: “Mas vem cá, esse Brasil não é uma democracia racial etc? Mas acontece que nós só tratamos com brancos! Não tem um

negro no Itamarati!” Depois puseram dois, arrumaram um jeito de entrar dois. “Essa é uma diplomacia racista”. Não é a diplomacia que é racista, é o Brasil que é racista, porque a mesma coisa você encontra na Igreja, mesma coisa você encontra no setor jurídico, a mesma coisa você encontra na Universidade... Você encontra nessa sala. Então, nós temos realmente uma sociedade racista. Agora como é que você quer fazer um projeto africano, se mete em um projeto africano, acha que você vai liderar a África, e acha que você pode fazer isso em um país de negros, sem nenhuma participação negra na diplomacia. Acreditaram que isso era possível? Sim, acreditaram. Acreditaram porque para eles não existe o problema, eles até nem reconhecem a existência do problema. Quando você faz essa crítica, eles replicam: “Não, mas você está exagerando, nós nunca fizemos nenhuma restrição...” É claro, isto não está escrito. Quer dizer: esse tipo de proposta é a mesma coisa com a América Latina. Nós, na verdade, vivemos de costas para a América Latina porque o Brasil tem preconceito contra a América Latina, menos contra a Argentina e Uruguai, porque têm a maioria de brancos, também. E aqui entra novamente o problema racial. Mas com o resto... Então eu acho que esta é a verdadeira razão pela qual a nossa diplomacia não consegue ser realmente uma diplomacia capaz de estar à altura da expectativa que o Brasil cria na região. Porque toda a região tem a idéia de que o Brasil poderia liderá-la, para sua independência. Inclusive com os argentinos, em que há um choque maior, ou mesmo o caso do Uruguai, onde houve choques tão importantes historicamente, mas a simpatia por uma liderança brasileira existe. Desde que ela fosse realmente uma liderança para a independência da região, para garantir à região sua independência. Mas essa liderança não se perfila porque a nossa diplomacia está comprometida numa posição subjugada, numa posição submissa, e está voltada para esta função de intermediário do capital financeiro internacional, hoje o grande negócio do Brasil. Como já disse, mesmo a nossa burguesia industrial já está desaparecendo, inclusive. Então eu vejo aí a fonte realmente desse problema, e eu acho que nós temos que ter uma mudança política. Se nós voltarmos a ter uma situação democrática avançada, repito, em que o povo brasileiro consiga realmente permear o processo de política no país e criar um tipo de direção política, de projeto político voltado para o povo brasileiro, eu acho que imediatamente nós passaremos a ter uma liderança latino-americana muito forte, e africana também. Não só latino-americana mas africana também. É válido repetir que a África do Sul tem o desejo de participar do Mercosul, já pediram isso. O Mercosul é que não faz nada nesse sentido, realmente. O Brasil poderia dirigir um

grande projeto de desenvolvimento latino-americano, sobretudo sul-americano. Mas, é claro, um país que renuncia a ter uma armada, renuncia a ter uma presença naval importante, de transporte ou do que seja, sendo um país de dimensão atlântica da importância que o Brasil tem, renuncia ter uma indústria naval, renuncia tudo isso, como é que ele pode pretender ter uma liderança sobre o Atlântico Sul, que foi o grande objetivo histórico dos militares brasileiros em 64? – Era então toda uma doutrina que estava por trás, idéia do Brasil como líder atlântico. Nós temos, por exemplo, um potencial de engenharia civil fantástico. Mostramos a presença dele na África, em muitos países latino-americanos, e não podemos desenvolver um grande projeto de infra-estrutura latino-americana. Não nos movemos nessa direção. Então eu vejo aí realmente uma transformação política interna, e dentro dessa perspectiva esse potencial vai se desenvolver muito. Eu acho que imediatamente vai haver não só vontade política, o ideal, utopia, vontade de mudar, tudo isso vai se juntar e o Brasil pode ter um papel muito importante. Mas também tem que entrar com ideologia, com doutrina, que esteja à altura deste papel. A Constituição de 88 é uma mostra disso: nós podemos chegar a ter uma perspectiva realmente, mas a Constituição, como muito bem falou o Professor Roberto Amaral, está sendo posta absolutamente de lado. Estamos vendo agora, na questão mesmo do apagão*, o governo querendo tomar decisões que não levam em consideração a Constituição brasileira, e considera a Constituição um problema. Como foi um problema para fazer as privatizações, como foi um problema para entregar os minérios, como foi um problema para tudo, é claro. É muito difícil você fazer uma Constituição que entregue uma nação e suas riquezas da maneira como foi entregue nesse período, que aceite isso como princípio constitucional. Então você tem que ficar dando voltas em cima delas porque não dá. Esse é o problema que eu percebo.

Intervenção do professor Roberto Amaral

Gostaria de fazer duas observações, em função dessa intervenção do Professor Theotônio, desta última questão por ele colocada. Um dado importantíssimo – sei que não é o tema central, mas, como ele foi referido, creio que temos de pelo menos registrá-lo. A grande crise brasileira é a

* Referência à crise de energia elétrica em curso no Brasil. N. do E.

crise constituinte. Ela nasce com a construção, a fundação do Estado, em 1824. Agora, o grave, nos tempos contemporâneos, é que a Constituição virou problema. Eu queria acentuar este questão trazida pelo Professor Theotônio. Não é só do atual presidente. Desde que esta Constituição, em 1988, foi promulgada, o José Sarney já a combatia. E combatê-la tornou-se uma falsa questão, um dogma neste país argüido por todos os governantes, repetido por Sarney, repetido por Collor e FHC, que é a questão da governabilidade. A Constituição do país, que é o grande instrumento de governabilidade, é para este país e seus dirigentes um empecilho à governabilidade. Todo presidente de República, ao invés de se tornar um guardião da Constituição, um fiel seguidor de suas regras, começa a ser o principal sabotador da Constituição. É um subversivo! E isso está no âmago de grande parte da crise brasileira. Mas, Professor Theotônio, eu gostaria de fazer uma outra observação com vistas a uma fixação histórica. Você tem acentuado muito que a doutrina brasileira – vamos chamá-la assim – da autodeterminação dos povos... Quando o Brasil, a partir de 1946, passa a ter (e talvez só tenha tido nessa época) uma política internacional própria, e ela passa a ser denominada como política externa e independente, você [Professor Theotônio] grafa isso historicamente com Santiago Dantas no Ministério do Exterior e o governo Jango. Eu iria mais atrás. Eu acho que a primeira formulação foi do Afonso Arinos, no governo Jânio Quadros. E mesmo no governo Jango, já no primeiro regime parlamentarista, o ministro das Relações Exteriores seria Afonso Arinos. Ele entra no parlamentarismo como ministro das Relações Exteriores e mantém política externa e independente, que vinha do governo Jânio Quadros. Política que tinha também características do que nós chamaríamos hoje de terceiro-mundista, também de aproximação com a África.

Intervenção do professor Antônio Carlos Peixoto

Eu concordo parcialmente com o Professor Theotônio no que se refere a uma incapacidade das classes dominantes brasileiras de definirem qualquer papel que seja de uma hegemonia sub-regional, ou de algo nesse sentido. O “parcialmente” se refere ao seguinte: eu acho que isso não é uma questão contemporânea. E, entregue a sua própria dinâmica, as classes dominantes desse país, em última análise o setor privado desse país, nunca foram capazes de articular um papel internacional, um projeto internacional para o Brasil. A diferença reside no seguinte: é que em alguns

momentos da história brasileira, esta incapacidade das classes dominantes era suprida pelo Estado. O Estado ocupava esse vazio e, de alguma maneira, por meio de uma conjunção das duas vertentes básicas do Estado no terreno internacional – forças armadas e diplomacia – surgiam determinadas formulações no campo diplomático que davam uma base mínima de articulação aos interesses do setor privado. Ora, o que nós temos hoje é um aprofundamento e um momento mais crítico desta incapacidade das classes dominantes – ou seja, é realmente a aceitação tácita e explícita de um papel de subordinação acrescida de uma vacância do Estado, que também se revela incapaz e, mais do que isso, ele diz que é incapaz de fazê-lo. Eu queria lembrar aos presentes uma frase dita pelo ex-ministro Lampreia, umas duas semanas antes de passar o cargo ao Celso Láfer, em que esta incapacidade do Estado em formular qualquer alternativa que fosse a um papel internacional do país estava estampada: “O Brasil não pode querer ser maior do que ele efetivamente é”. Então, quando a percepção da diplomacia é de que o jogo diplomático consiste obviamente em tentar aumentar a imagem dos recursos de poder de um país – não de modo desproporcional porque ninguém é idiota, há um momento em que se tem de bater as fichas mesmo e aí ver quem tem mais... Agora o jogo persistente da diplomacia é esse justamente, é de criar uma imagem de maior poder do que o país efetivamente tem. Todos os países do mundo usaram este artifício em diferentes momentos. Aqui nós temos a formulação contrária: “Vamos aceitar que nós somos pequenos mesmo.” Isto, a meu ver, é o modo mais óbvio, mais explícito e mais claro da incapacidade de o Estado brasileiro formular um papel internacional para o Brasil. Agora, o que é que acontece? As classes dominantes sempre tiveram essa incapacidade. O Estado brasileiro de vez em quando apresentou alguns vislumbres disso. Alguns vislumbres do Estado brasileiro nós encontramos ao longo de nossa história recente. No momento, nem classe dominante nem Estado. E, ao mesmo tempo em que a diplomacia, que historicamente sempre foi uma boa formuladora de políticas, hoje se revela incompetente e incapaz de passar da formulação à ação. Claro que nos quadros de um Estado inoperante deste ponto de vista, qualquer papel da diplomacia seria limitado. Algum ela poderia ter, mas é justamente esse bloqueio de passar da formulação à ação diplomática, de passar das palavras aos atos, de passar da estratégia à costura efetiva no plano das relações entre países, ou entre blocos, isso é o que vem caracterizando a diplomacia brasileira nos últimos anos. O resultado é este: o cenário é um cenário no mínimo preocupante, isso para não dizer altamente inquietante.

Intervenção do professor Theotônio dos Santos

Existe hoje uma fundamentação teórica para isso. Na verdade o presidente Fernando Henrique, dentro da teoria da dependência – quando ele começa a romper com outro grupo, que é o nosso grupo, da esquerda e da teoria, e vai para esta posição que vai levá-lo a esse acordo com a direita –, a essência da posição dela é a seguinte: a situação de dependência não pode ser rompida. Logo, a única política possível é uma política de negociação da dependência. Essa é a posição a que ele chega em 1973-4 mais ou menos. Depois vai evoluir – involuir mais propriamente – na defesa dessa posição. Então, no fundo inclusive há da parte da formulação política, não tão claramente exposta mas exposta no campo mais teórico, a idéia de que o que é possível fazer é negociar a dependência. E com algumas conseqüências: a condição de dependência não impede de termos a democracia, de ter um certo liberalismo político, não impede a existência de uma situação econômica com um certo crescimento, e portanto não é uma situação tão negativa. E não precisamos colocar as coisas em termos de uma confrontação histórica quanto à dependência porque nós podemos encontrar caminhos na condição de dependentes. Essa posição nos leva realmente a uma situação digamos de justificação a toda essa política. E isso é muito grave porque dá consistência a essa atitude, a essa postulação, e a essa vacilação da classe dominante. O Fernando Henrique toma isso como um dado: essa é uma classe dominante que não pode, fim de conversa, acabou. Esse é o pensamento...

Intervenção do professor Antônio Carlos Peixoto

Eu gostaria de levantar uma pequena questão, que é a seguinte: o que está em discussão aqui realmente, botando as coisas às claras, é saber-mos qual é a margem de manobra de que dispõem os Estados nacionais neste momento e dentro do atual sistema internacional. Essa é a questão.

Eu nunca fui um entusiasta seguidor da vastíssima obra político-sociológica de Fernando Henrique Cardoso, nunca fui um partidário da teoria da dependência. Mas, como analista de sistema internacional, eu deixo claro aqui a minha posição. Esta margem de manobra, no momento, não é uma questão do hemisfério americano. Não é uma questão de um hipotético bloco sul-americano, do México, da América Central ou do Caribe. É uma questão inclusive européia, ocidental e oriental, esta margem de manobra é extremamente diminuta. Só existe um país no mundo,

nesse momento, que é capaz de definir estratégias de ação diplomática, de política científica e tecnológica, com independência, que é a China. Não existe outro país no mundo que possa fazer isso. Claro, fora o centro hegemônico, os EUA, que é o que determina. Então a minha questão não é uma questão que derive da teoria da dependência. A questão que se coloca é a seguinte: ainda que o Fernando Henrique Cardoso subscrevesse *ipsis literis* aquilo que ele disse, mas na hipótese do volume de hegemonia que os EUA detêm no sistema internacional ser menor, a margem de manobra da América Latina seria maior? O que acontece é que esse volume de hegemonia é tão grande que ele efetivamente cerceia. Sejam dependentistas ou não, o volume de hegemonia que os EUA detêm efetivamente é um fator de bloqueio na autonomia decisória dos Estados e dos blocos já existentes e de outros hipotéticos blocos regionais que venham a se formar. Então só mesmo a China é que pode desafiar. O resto não desafia. Mas isso não é uma questão de ser partidário ou não da teoria da dependência, isso é uma questão de olhar o volume de hegemonia que os EUA detêm. Esse é o único ponto. No mais, eu tenho certeza, Theotônio, eu gostaria tanto quanto você que a margem de manobra do Brasil no sistema internacional fosse muito alta. Mas acredito que nem uma mudança política nesse país, que eu gostaria sinceramente que ocorresse em 2002, poderia alterar as relações de poder entre o Brasil e o centro hegemônico.

Intervenção do auditório

Meu nome é Teresa Bulhões, e eu represento a Fundação da Infância e Adolescência. A meu questionamento era o seguinte. Qual é o papel da oposição nesse quadro que foi apresentado? Porque fica uma brecha: se o Estado largou, se a diplomacia está como sempre acompanhando o Estado na maior parte das vezes, se o futebol acabou... Eu fico pensando qual seria o nosso papel, que eu sei que é pequeno, mas o papel da oposição no Brasil não é pequeno... E qual seria, assim, a alternativa possível? Parece que a gente não tem alternativa, e eu sei que tem, e acho que a gente tem que jogar com essa possibilidade. E eu queria ouvir algo mais sobre isso.

Intervenção do professor Theotônio dos Santos

Eu acho que isso é o cerne da questão. Nós temos um debate antigo, nós temos uma polêmica de muitos anos, com o Fernando Henrique

Cardoso inclusive, porque escreveu várias coisas contra nós, nós respondemos etc. A questão é realmente o enfoque da economia e da política mundial. Eu acho que o enfoque da economia e da política mundial precisa de ter uma dimensão mais consistente, que é o que nós temos trabalhado desde os anos 1970, sobre o sistema mundial. Nós estamos trabalhando há trinta anos sobre o sistema mundial, tanto para servir de base para uma análise histórica como para servir de base para uma compreensão do momento, introduzindo o conceito de sistema mundial, o conceito de ciclos econômicos, ciclos longos, que permite explicar, de maneira mais consistente, a posição relativa dos países e o papel da hegemonia. A hegemonia portuguesa-espanhola, a hegemonia holandesa, a hegemonia inglesa e a hegemonia norte-americana. Todas elas chegaram ao auge, dentro de um certo ciclo e entraram em queda. Eu acho que a hegemonia norte-americana hoje é muito inferior ao que foi depois da Segunda Guerra Mundial – depois da Segunda Guerra os EUA tinham 45% da economia mundial, tinham 70% do ouro do mundo, tinham uma situação de intervenção sobre países inteiros como o Japão, tinham tropas em todas as regiões do mundo, o poder dos EUA naquele momento era muito superior ao que ele tem hoje. Quanto à Europa, ela sobreviveu dependendo dos EUA, fundamentalmente e hoje nós estamos numa situação em que os europeus estão conseguindo algo que buscam desde o final da Segunda Guerra, estão chegando nela, que é a retirada de tropas americanas da Europa. As tropas americanas estão se retirando, e nisso ajudados pela posição russa, pela posição soviética que retirou unilateralmente suas tropas... E esse processo de retirada está em pleno curso, a Europa está sob a égide de suas próprias forças armadas, está em avanço esta política... Então, eu acho que havia também uma ilusão muito grande de que a Guerra Fria era um fator favorável para a negociação política. Eu acho que a posição soviética era muito débil, porque ela tinha que se voltar para uma estratégia militar impossível de ser levada adiante, que era uma estratégia de confrontação, que levaria a uma guerra mundial. Então a estratégia da confrontação entre dois sistemas era uma estratégia sem saída, impossível de ser levada até seu ponto final. E portanto ela era estrategicamente débil. Então eu acho que a posição norte-americana não é tão forte. Pelo contrário, os EUA hoje estão em uma situação de grande dificuldade em manter hegemonia no nível mundial. E uma ilusão que vem da anterior é aquela de acreditar que havia um mundo dividido entre duas grandes superpotências. Isso nós criticamos muito na década de 1970 – não existem duas superpotências, existe uma, que são os EUA. Nós sabíamos que a União Soviética não agüentaria. Mas

em vez de vermos isso como uma afirmação da potência americana, nós víamos isso ao contrário, como uma perda da potência americana. E os EUA criaram a Guerra Fria, ela foi um produto da política norte-americana. Essa ilusão do poder soviético foi um produto da política norte-americana. Ela foi criada em função da hegemonia americana, para que as tropas permanecessem dentro da Europa. E com isso se criou essa dinâmica de se manter as tropas soviéticas na Europa e as tropas americanas. E a dificuldade de manter a Guerra Fria, para mim, foi uma das expressões da debilidade e da crise da hegemonia norte-americana. Tanto que eles estão buscando um outro inimigo e não estão conseguindo. Então eu não acredito que nós não tenhamos alternativas e acho que nosso grande problema histórico é exatamente a nossa classe dominante, porque ela sim não tem alternativa pela maior facilidade dos termos do dilema converter-se em sócio menor do capital financeiro mundial ou tentar realmente desenvolver um poder econômico próprio, que atenda realmente as necessidades da população. E nós temos em curso toda uma política econômica de dependência, para reforçar esta situação, em detrimento de uma tentativa de desenvolver a economia em função do atendimento às necessidades da população. Eu acho que isso faz com que essa nossa classe dominante vá se afastando historicamente de seus povos. Mesmo porque ela historicamente esteve afastada. Mas note-se que ela teve o período dos anos 20 e 30 em que quis representar o conjunto da nação, e conseguiu ter uma certa identidade com a nação, por uma política nacionalista e democrática, enfim, ter uma liderança, uma legitimidade diante da população. Mas hoje ela está perdendo totalmente esta legitimidade. A não ser que o Fernando Henrique Cardoso tenha razão, ou seja: nós estamos historicamente condenados a essa posição subordinada e nada mais, e nesse caso realmente não há muito o que fazer. Mas a subordinação não se demonstrou um fator de desenvolvimento econômico. Esse é um fato. Nós não avançamos economicamente com a subordinação. E não avançamos inclusive como força globalizante. O Brasil baixou de 1,2% da exportação mundial para 0,8%, caminhando para 0,6%. Então a política de globalização desglobalizou o Brasil. A China, com uma política de proteção, controlada etc., aumentou sua participação no comércio internacional imensamente. Então ter uma política nacional consistente globaliza mais do que você ter uma política nacional subordinada. Eu acho que não há uma contradição entre as duas coisas porque, para mim, inclusive o sistema mundial se constrói com base em Estados e nações poderosos. Os Estados e nações que não são poderosos e não têm mercados internos importantes não conse-

guem se articular na economia mundial. Pelo contrário, ficam numa posição subordinada, decadente. Essa contradição é parte da evolução da economia mundial. Nós temos que pensar que para poder estar na economia mundial nós temos que ter a economia nacional forte, temos que ter um Estado forte. Então eu acho que existe um campo de ação muito grande. E acho que a renúncia do Brasil de cumprir essa função é um fator desmobilizador do país, desmobilizador da nossa economia, enfraquecedor da nossa economia, e também de desglobalização do país. Em nome de se globalizar o país, ele se desglobaliza, porque ele se torna um país frágil, cada vez mais incapaz de manter sua relação com a economia mundial. Ele fica nessa posição totalmente subordinada. Então eu acho que nós temos um caminho, nós temos que buscar esse caminho, temos que explorar esse caminho, depende de mudanças políticas substanciais, mas eu não acho que nós não tenhamos alternativa, acho que temos, e inclusive acho que essa sucessão de ciclos em que as forças populares estiveram próximas do poder tendem a voltar, e haverá momentos em que nós retomaremos a condição de hegemonia estatal a partir de forças políticas extremamente progressistas nesse sentido de construir nação.

Intervenção do auditório (não identificada)

Eu gostaria de fazer uma intervenção e deixar em aberto para a mesa, mudando um pouco o eixo da discussão. A questão do absoluto divórcio entre esse assunto e a sociedade brasileira. A sociedade civil brasileira não me parece interessada nesse tema, nessa discussão, nesse debate. O que acho uma coisa complicada na medida em que, em última instância, o grande beneficiário dessa formação e desse avanço de um bloco regional na América Latina seria o cidadão, a sociedade como um todo. E me parece que esse é um debate que não ganhou a rua e nem parece que irá ganhar. A sociedade brasileira, ao se interessar por questões com o Uruguai e a Argentina, não ultrapassa muito os limites do jogo de futebol, em que a relação é até dramática, onde se luta pela vida até os quarenta e cinco minutos do segundo tempo – pelo menos se lutava até um tempo atrás. Então eu queria colocar para a mesa essa questão, quer dizer, até que ponto esse tema é unicamente um negócio de Estado, é apenas um negócio de empresa, ou esse tema deve ser tratado de maneira a interessar e motivar a sociedade? O próprio Simpósio, que busca convocar a sociedade, é certo que um segmento específico da sociedade, mas que deve se preocupar em ten-

tar democratizar essa discussão. A gente pode avaliar que a discussão está muito mais na mesa e entre a mesa do que no próprio plenário da PUC, o que é um pequeno retrato da relação desse tema com a sociedade brasileira. E acho que só nos interessa entender, aperfeiçoarmos e politizarmos essa discussão tendo em vista a possibilidade de repassar isso numa formação de opinião pública. Então a quem interessa esse divórcio, quer dizer, ele é orquestrado ou é porque essa discussão já nasceu prejudicada no sentido dos seus ingredientes vitais para interessar a sociedade. É uma questão que vem me passando pela cabeça ao longo do dia e dos debates que aqui se desenvolveram. Como é que a gente faz para que isso ganhe a sociedade ou realmente esse é um assunto que está condenado a ficar limitado a uma discussão de especialistas, é uma discussão de beneficiários mais visíveis, que é a empresa, é o Estado, é a diplomacia...

Intervenção do auditório

Eu represento uma organização não governamental que se chama Cepia – Cidadania, Estudos e Pesquisa em Informação e Ação e uma articulação que se chama Fórum da Sociedade Civil nas Américas. Nós viemos trabalhando com a questão do Mercosul, ou basicamente com o fortalecimento da participação da sociedade civil no Mercosul. Eu gostaria, então, de lembrar que existem organizações da sociedade civil que vieram inclusive a esse debate e com esse interesse de intercambiar idéias, que estão trabalhando nesse espaço dos direitos humanos – direitos humanos em uma concepção ampla, integrada, compreendendo os direitos sociais e compreendendo também discriminações de gênero, de raça, de etnia, e nós fizemos um trabalho, que se chama Direitos Humanos no Mercosul, em que nós analisamos pelo menos o que nós temos em termos de um patamar normativo, a nível de convenções e tratados internacionais da legislação constitucional e de algumas legislações ordinárias do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e do Paraguai. E esse trabalho eu gostaria de entregar à mesa, e também disponibilizar, através do nosso endereço eletrônico, para as pessoas que tiverem interesse. O endereço é cepia@ax.apc.org.

Muito obrigada.

Intervenção do Embaixador Agustín Espinosa

Eu queria rapidamente tentar contestar os dois comentários que foram feitos. Primeiro, é sobre a esterilidade do debate, que compromete

o cidadão comum na problemática que nos convoca hoje. Não devemos esquecer que o Mercosul, que compromete os quatro países, não compromete nem a geografia toda dos quatro países nem sua população inteira. O Mercosul continua ainda sendo um fenômeno que atinge os centros urbanos mais importantes, os centros industriais mais importantes, mas que não chegou às periferias das metrópoles dos quatro países. O Mercosul não é um fenômeno que compromete aos duzentos milhões de pessoas que habitam nesse imenso espaço geográfico dos quatro países. O Mercosul é muito conhecido no Uruguai, mas provavelmente se você pergunta a uma pessoa em Manaus o que é o Mercosul, ela não sabe o que é. Mas em um pequeno país como o Uruguai, comprometido ele sim inteiramente com o processo, porque ele não tem outra saída que o processo mesmo, o impacto do Mercosul foi analisado pela sociedade inteira. O Mercosul não chegou ao Uruguai das mesas dos negociadores diplomáticos para a sociedade civil. Não, chegou em cada casa e foi analisado pela sociedade inteira. E, sejam empresários, sejam trabalhadores, sejam estudantes, sejam os acadêmicos, sejam as donas de casa, todos nós não tínhamos outra saída a não ser entender aquele processo, porque aquele processo envolvia toda a sociedade uruguaia – três milhões de pessoas, com vizinhos muito importantes, pessoas que não tinham outra saída afora se envolver na filosofia e na prática daquela aventura que o Mercosul ia ser para todos nós. Então, nesse sentido, esse debate que estamos tendo hoje é um debate que tem a gente da rua no meu país. Não é um debate que esteja nas mãos dos políticos, dos governantes ou do empresariado. Todo mundo pagou um alto preço para se reconverter e entender o processo de integração, porque o processo de integração foi um salto qualitativo de nossa sociedade inteira, sem exceção. Isso porque o país é muito pequeno, e porque o país não tinha a possibilidade de não ser como foi. Então, eu acho que esse problema é hoje um debate que nós temos na televisão, na rádio, na rua, nas casas de família, cada domingo a gente discute isso. Obviamente, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Paraná, até em São Paulo, eu acho que isso é um debate bem importante. Provavelmente, no resto do Brasil o debate não tenha a importância que tem para nós, como acho também que o debate seja importante em Buenos Aires, em Córdoba, Mendoza, e provavelmente não seja nem no sul da Argentina nem nas regiões do norte, ou seja, tenha essa importância. Então o que acontece é que aí o problema é outro. O que nós não temos feito é aproximar o processo das periferias. As regiões do Mercosul não estão envolvidas no processo como estão os centros de poder, os centros econômicos. É por isso que esse debate pode ser

estéril a partir de como seja visto, mas em outras partes do processo o debate continua sendo muito importante. E continua sendo muito importante porque agora atingiu o cidadão comum, muito mais que o negociador, que o diplomata, que o governante ou que o empresário.

A outra questão, sobre os direitos humanos, eu queria dizer que as coisas não são exatamente como se colocou. O grupo de mercado comum tem criado um grupo sobre direitos humanos no Mercosul, o Uruguai está fazendo o primeiro seminário que compromete os quatro países para analisar o estado dos direitos humanos nesses quatro países, e acho que é o primeiro passo para introduzir o tema dos direitos humanos em nossos países. É um tema que está agora motivando muito a nossa sociedade. São esses dois comentários que eu gostaria de fazer.

Intervenção (não identificada)

Eu complementaria muito rapidamente essa questão da participação social em formulação da política externa. Na verdade isso não é um processo novo. A participação social em torno do Mercosul segue uma regra histórica. No Brasil especialmente, onde se padece desse ensimesmamento histórico, tradicional, que afasta a sociedade dos temas internacionais. A sociedade nunca percebe o outro, porque está longe do outro, porque é um país muito grande, um país que se basta, quase. Isso acontece também nos EUA, acontece na China em grande medida. Portanto, naturalmente os temas internacionais não fazem parte do debate público. Essa é uma questão para iniciados. Sempre foi assim, e eu tenho a impressão de que em alguma medida vai continuar sendo assim. Isso não vai mudar. É um defeito, é um problema, é efetivamente problemático. Não é tão grave se imaginarmos que o mais complicado no Brasil é que os nossos representantes não sabem nada de relações internacionais, os parlamentares são completamente ignorantes em questões internacionais, que a imprensa é de uma ignorância grotesca, comete erros triviais, e isso realmente é muito sério. Portanto, como é que se muda essa questão? Eu tenho a impressão que não é propriamente nas bases. Eu não falaria: “Vamos ensinar relações internacionais na escola”. Porque eu preferiria que na escola se ensinasse bom português. Mas eu tenho a impressão que se muda isso é sensibilizando os atores sociais com maior proeminência no processo de formulação da política exterior, capacitando os seus atores. Então, em primeiro lugar, é preciso a formação de quadros capacitados. E a segunda questão eu tenho impres-

são de que é decorrente dessa outra, é treinar os formadores de opinião, sensibilizar os formadores de opinião. Isso passa especialmente por educar a imprensa. A nossa imprensa é de uma falta de educação, é de uma ignorância realmente bizarra. Portanto, isso não é um mal, no meu ponto de vista. Poderia ser melhor, digamos assim. Nós não estamos em descaminhos por falta de participação popular. Não é propriamente por isso. Nos estamos em descaminhos por falta da participação de determinados atores sociais muito importantes, inclusive o dos empresários. Empresários, igreja, sindicatos, organizações não-governamentais envolvidas em várias questões, esses não sabem nada. Não participam de absolutamente nada. Uma participação às vezes muito débil, muito pontual, muito focada em determinadas questões, e isso realmente é muito grave. São as instituições que atuam como intermediários entre a população e o Estado. Se nós não temos esses intermediários, o Estado fica sozinho, realmente formulando e implementando. E o que é pior: quando recebe críticas, se estranha – “Mas como? Vocês estão me criticando, estão dizendo que o Estado é hermético, que o Estado não aceita sugestões, não traz os atores sociais para o convívio e para a formulação da política exterior”. É uma crítica realmente injusta, porque os atores sociais raramente demonstram interesse e são capazes de interagir em processo de formulação e implementação da política exterior.

Intervenção do professor Antônio Carlos Peixoto

Eu só queria dizer duas coisas muito rápidas. Primeiro, respondendo à pergunta que foi feita, a questão das alternativas. Não é zero nem cem. Nem todas as alternativas estão abertas, e também não se trata de dizer que não existem alternativas. O problema é o seguinte: quais são elas e como maximizá-las? Esse é que é o ponto, e isso é um ponto muito concreto. Porque vejam que, teoricamente, é possível você trabalhar com a alternativa de zero ou a alternativa de cem. Está fechado ou está aberto. Política é outra coisa. Política é encontrar caminhos para algumas coisas. E esses caminhos nem sempre estão perfeitamente acoplados aos enfoques teóricos que se pretende. Então o Fernando Henrique Cardoso pode afirmar o que ele quiser, mas o processo político sob o qual ele está submetido é um processo de natureza que não corresponde exatamente àquilo que ele previu, àquilo que ele disse ou àquilo que ele quis dizer. A outra coisa é que eu acho que nunca a concentração de recursos de poder nas mãos de um só país foi tão grande como é hoje. O volume de hegemonia que os EUA

detêm hoje no mundo é um volume que nunca nenhum país conseguiu deter. É realmente muito grande. E, repito, no mundo de hoje acho que só a China. Só a China tem a capacidade de implementar autonomamente um certo conjunto de decisões e aplicar isso. Eu não acho que isso seja uma questão orquestrada. Acho que há basicamente o seguinte. Primeiro: existe um fator que é de natureza absolutamente objetiva. O Brasil, ao se constituir como ente nacional, não dependeu das relações internacionais. Ele é diferente dos países europeus, que foram feitos pelas relações internacionais. Ou seja, você tem uma população que vive o processo internacional de maneira permanente. E, um segundo aspecto, uma população cujo nível de escolaridade é muito maior. Então aqui no Brasil dois fatores concorrem para isso. Existe a ignorância de um lado, o baixo nível de escolaridade do povo brasileiro, que é um problema estrutural da nossa história, e esse pode ser resolvido na dependência ou na independência, isso é um problema de cegueira das classes dirigentes, isso é um problema de total descolamento entre classe dirigente e país... Então esses dois fatores se conjugam. Você tem aqui uma população que é descolada do processo internacional. Alia-se a isso o fator escolaridade.

Existe um outro fator que eu costumo citar também, chama-se síndrome de país grande. Por mais hegemônicos que os EUA sejam, o habitante do *Middle West* não está nem aí para relações internacionais. País grande tem problema grande. E o Brasil não é exceção a isso. A complexidade dos problemas brasileiros absorveu os melhores esforços das melhores partes da nossa intelectualidade, da nossa academia. Desde os anos 50, atravessando os anos 60, os anos 70 e os anos 80. Só quando o Brasil estruturou uma parceria sólida na América do Sul, ou seja, o Mercosul, é que alguns segmentos da intelectualidade se deram conta de que havia um mundo que ia além das fronteiras do Brasil, porque o único mundo que contava para ele era o mundo que estava aqui. Era o mundo aquém-fronteiras, e não o mundo além-fronteiras. Então eu não acho que haja orquestração nisso. De um momento para o outro, improvisadamente, imprensa, elite política e elite empresarial tiveram que começar a viver a questão internacional. Da pior maneira possível. Eu concordo muito com o Professor Antônio Carlos Lessa quando diz que nós temos que educar a imprensa na discussão internacional. Agora eu me pergunto se a imprensa quer ser educada. Porque a minha impressão é que não quer. Porque não há maior auto-suficiência que a deles quando discutem a questão internacional e não entendem nada. Não conseguem articular duas frases sobre o sistema internacional que façam sentido. A mesma coisa acontece com as

elites empresariais, que são de um imediatismo que chega às raias do empobrecimento mental. Existem formalmente relações de comissões exteriores na Câmara e no Senado. No Senado elas servem para aprovar as designações dos embaixadores. Os embaixadores têm de ser sabatinados pelo Senado e serem aprovados. As relações de comissões exteriores da Câmara, eu não sei o que é que fazem, nem nunca ouvi falar nelas. Então elites políticas, elites empresariais e mídia não dão importância a isso. Durante anos o único – como foi muito bem dito pelo Professor Antônio Carlos Lessa – elaborador, implementador e juiz da política externa de sua própria política foi o Itamarati. E no julgamento ele era ao mesmo tempo promotor, advogado de defesa e júri. Só de muito pouco tempo para cá é que começou a haver um certo volume de opiniões sobre isso, mas ainda é muito pouco. Os centros acadêmicos de formação de pessoal especializado em política externa são poucos. Está havendo uma proliferação deles por aí, mas duvido muito da qualidade disso. O que não quer dizer que alguns dos centros existentes não sejam de boa qualidade. Alguns são de boa qualidade, mas a massa crítica que eles são capazes de formar é muito pequena diante das necessidades, diante da demanda. São raríssimos os indivíduos capacitados para uma negociação de conflito internacional que não venha do próprio Itamarati. Então essa situação foi algo que se formou e se cristalizou. É preciso rompê-la. Agora, como toda situação cristalizada, essa ruptura é bastante difícil.

Intervenção do professor Theotônio dos Santos

Bom, nesse trabalho a gente vem há vários anos. O Professor Antônio Carlos Peixoto mesmo participou de um curso que nós realizamos sobre a América Latina, e nós oferecemos uma bolsa para que os jornais enviassem seus jornalistas. O curso estava trazendo gente da América Latina toda, os melhores quadros que nós tínhamos aqui, e oferecíamos aos jornais uma bolsa. Nenhum jornal se interessou em mandar alguém para fazer o curso sobre a América Latina. E assim outros cursos que nós fizemos também. E todas as vezes que tivemos a oportunidade, aconteceu a mesma coisa: não há interesse realmente. A imprensa não se interessa. O fato merece atenção porque houve uma época em que se apresentava um maior interesse dentro da imprensa. Nós tivemos momentos em que a imprensa brasileira teve correspondentes internacionais importantes, nós tivemos analistas de relações internacionais relativamente importantes, mas

hoje realmente a pobreza é muito grande. Mas isso faz parte da idéia de que você não é uma nação que tenha que ter opiniões sobre política internacional, porque você não forma política, você não influencia... por que é que você tem que saber? Tem que fazer mais ou menos o que vem pronto. Então essa atitude faz parte desse complexo de dependência em que nós vivemos. Não acreditamos que tenhamos alguma coisa que ver com a formulação da política mundial, isso aparece até como uma pretensão absurda. Mas a verdade é que nós chegamos a ter influência, por exemplo, no campo intelectual. Mas aí temos uma geração que sofreu o exílio. Talvez tenha sido a primeira geração que teve que pensar o Brasil dentro de um contexto mundial mais sistematicamente. Eu acho que isso ajudou muito, aqui pelo menos, que um grupo de pessoas chegasse a ter até um impacto internacional importante, influência no debate internacional, etc. Mas muitos foram abandonando esse interesse. Eu acho que realmente essa situação está mudando. A hegemonia do Itamarati, por exemplo, continua mas não de forma exclusiva. O desenvolvimento dos cursos em relações internacionais é uma coisa muito positiva. A preocupação com os problemas internacionais existe em certos setores da sociedade, mas realmente nós estamos muito atrasados diante das necessidades e da importância que isso tem para nós. Porque apesar de sermos um país continental, nós dependemos enormemente dessas relações, porque elas influenciam muito as partes de ponta da economia do país, que dependem enormemente de questões cambiais, comerciais, etc. É lamentável, mas espero que nós estejamos mudando.

Intervenção do professor Roberto Amaral

Encerrando, gostaria de fazer algumas pequenas observações. Dentre os comentários interessantes que foram proferidos houve referências à imprensa, e o Professor Teotônio terminou lembrando o convite que fez à imprensa para que freqüentasse cursos, e ela não aceitou. E se tivesse aceito? Não mudaria nada. Porque, em primeiro lugar, acabou no Brasil a dicotomia jornalista e proprietário da empresa jornalística. Não são apenas os empresários brasileiros do comércio da informação que estão envolvidos no projeto do discurso único do neoliberalismo. A elite dos jornalistas brasileiros professa a teoria do discurso único. Há uma teoria da desinformação, há uma teoria da necessidade da ignorância da autovisão, há a necessidade de não nos conhecermos. Estou fazendo esta referência porque acho importantíssima essa discussão. Porque discutíamos sobre a presen-

ça de um certo mal-estar que sentíamos em São Paulo com a falta de correspondência entre o esforço da realização do debate e a resposta do meio acadêmico. A dificuldade da resposta do meio acadêmico é também uma dificuldade de resposta da sociedade. Onde está a questão? Estará na sociedade? Ou estará em nós, que não estamos sabendo trazer essas questões? Porque a questão é tão crucial que em um debate sobre o Mercosul terminamos discutindo a sociedade brasileira e nossas ansiedades. Isto reflete a angústia. Tenho a impressão de que há duas coisas imbricadas. Tenho uma certa divergência com relação a uma observação do Professor Theotônio. Não compartilho da sua visão otimista com relação aos EUA ou ao que eu chamaria de *pax americana*. Acho que o *imperium americano* hoje é muito superior ao papel que ele desempenhava depois da Segunda Guerra Mundial. Porque agora, e eu acho que esse é um fato novo, ademais de império econômico-financeiro, ademais de império militar – hoje Vietnã é irrepeditível – hoje os EUA estão preparados para dizimar sem correr risco –, o grande império americano hoje, e está muito no fundo da crise da União Soviética, é o império ideológico. O grande vitorioso da Guerra Fria não foi a guerra clássica. A queda do Muro de Berlin é apenas uma metáfora da queda de padrões ideológicos e da disputa ideológica. A grande conquista americana foi a construção de um discurso único, no qual nós estamos hoje emaranhados. O processo de globalização é realmente um processo de raízes históricas. O processo de globalização é realmente um processo econômico. Mas é fundamentalmente um projeto de ordem política. E nós sentimos isso na sociedade, sentimos isso na imprensa, sentimos isso no convívio, na sala de aula. Este é o grande desafio. Mais importante que o desmantelamento estrutural da União Soviética foi o desmantelamento da resistência marxista. Este é o quadro que nós estamos vivendo hoje e que está inclusive perpassando o que talvez se pudesse chamar de uma crise das ciências sociais; eu não diria da América Latina, mas pelo menos uma crise das ciências sociais no Brasil. Perdemos inclusive, estamos perdendo, nossos próprios paradigmas, perdemos nossas referências ideológicas, teóricas e doutrinárias, e não estamos conseguindo construir uma outra formulação. Tenho a impressão de que isso é um grande desafio que se coloca para a sociedade brasileira. E, para finalizar, queria lembrar uma questão, que para mim é essencial e acho estar no fundo disso tudo. O Brasil tem duas tragédias que estão mais ou menos imbricadas. Somos um país que não se autoconstituiu, somos um país que não foi fundado, que não se fundou, que foi descoberto. Mas, fundamentalmente, não temos elite ou classes dominantes, comprometidas com o país. Nossas classes dominan-

tes são exógenas. Desde a Colônia jamais pensaram este país como um projeto e hoje o grande sonho do empresário nacional é fechar o seu negócio e se tornar sócio de uma empresa multinacional, de preferência com sede fora do país. Queria concluir apenas com um exemplo que me chocou muito. Tenho como símbolo da nossa grande tragédia a traição da burguesia brasileira, que começou nos traindo em 1831, e que não tem perdido oportunidade de trair este país, porque não tem compromisso com o projeto nacional. O país pode ir muito mal, como anda agora, mas nossas elites econômicas estão muito bem, o sistema financeiro está ótimo... Não há crise, não há dúvida em como construir o país, porque a burguesia brasileira não está preocupada em construir o país. Quero apenas dar um exemplo, que deixo como provocação para a próxima mesa. Sempre se falou que nosso processo industrial, que é um processo industrial reflexo, pois somos sociedade reflexa, politicamente reflexa, ideologicamente reflexa, culturalmente reflexa. Mas havia aqui no Brasil um núcleo de indústria chamada *de ponta*: a Metal Leve do Brasil. Uma empresa de primeiríssimo nível, como diria um jornalista qualquer *de primeiro mundo*. Essa empresa, para assegurar níveis de concorrência instalou uma fábrica nos EUA. Existiam três grandes concorrentes no mundo, uma americana, uma alemã, e essa brasileira. A Metal Leve era propriedade de um dos mais lúcidos empresários brasileiros, o Doutor Mindlin. E, um dia, abro o nosso vetusto *Jornal do Brasil*, jornal que eu supunha que fosse da burguesia nacional, e ele anuncia que a Metal Leve do Brasil havia sido vendida para sua concorrente alemã. E tem então uma entrevista com o Doutor Mindlin explicando por que. Ele conseguiu manter a concorrência quando foi para os EUA, mas quando a concorrente americana chega aqui e se instala ele não tinha mais condições de competitividade, e ante o risco de uma concorrência desigual e da falência, ele preferiu vender e associar-se à empresa alemã. No dia seguinte, um editorial do *Jornal do Brasil* festeja o fato de nossa empresa ter fechado e ter agora se associado a uma grande empresa alemã, e que o seu capitão, ao invés de sair como a esquerda brasileira, reclamando, fazia essa negociação com a maior compreensão histórica do significado do que era a globalização. Que imprensa é essa que não defende sequer a empresa nacional?

Obrigado.